

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA**

AUGUSTO BERNARDINO DE MEDEIROS

**De passagem a “paisagem da memória”: o Grande Ponto na narrativa de
Raimundo Nunes (1950-1980).**

**NATAL/RN
2014**

AUGUSTO BERNARDINO DE MEDEIROS

De passagem a “paisagem da memória”: o Grande Ponto na narrativa de Raimundo
Nunes (1950-1980).

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação Prof. Dr.
Raimundo Nonato Araújo da Rocha para avaliação da disciplina
Pesquisa Histórica II.

NATAL/RN
2014

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
(CCHLA)

NNBSE-CCHLA

Medeiros, Augusto Bernardino de.

De passagem a “paisagem da memória”: o Grande Ponto na narrativa de Raimundo Nunes (1950-1980). Natal-RN

56 folhas

Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.

Cidade do Natal – Grande Ponto. 2. Memória - Raimundo Nunes. . I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RN/ BSE – CCHLA

CDU N

De passagem a “paisagem da memória”: o Grande Ponto na narrativa de Raimundo
Nunes (1950-1980).

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte, para avaliação da disciplina
Pesquisa Histórica II.

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Raimundo Nonato Araújo da Rocha
(Orientador / UFRN)

À Paulo e Ariane, oásis em meio a aridez da estrada.
À meu pai, estrela que guia meus caminhos.
Ao bairro da Cidade Alta em Natal, chão de meus passos.

RESUMO:

Elementos em transformação, os espaços adquirem significados a partir dos valores a eles atribuídos. Assim, nas cidades, espaços de passagem, associados ao fluxo de pessoas, podem se transformar em paisagens de memórias, ou seja, podem adquirir valor para alguns sujeitos que neles partilharam vivências com outros sujeitos, considerando esses espaços como parte de suas identidades. Em Natal um conjunto de ruas e avenidas no Bairro da Cidade Alta tornou-se espaço simbólico para diferentes sujeitos, esse lugar foi chamado de Grande Ponto, uma denominação que teria sido atribuída a zona em decorrência da existência de um ponto comercial de mesmo nome. Na década de 1950 o Grande Ponto aglutinou os principais pontos de serviço e lazer da cidade. Após a década de 1970 o Grande Ponto passou a ser narrado em textos de diferentes autores enquanto ponto importante para suas memórias pessoais e para a memória da cidade. Esta pesquisa analisa principalmente a narrativa de Raimundo Nunes em seu livro *Sociologia do Grande Ponto* de 1985, um livro de memória em que o espaço aparece como um sujeito, o autor não apenas recorda, mas possui a pretensão de descrever o espaço, registrar suas práticas contra uma ameaça do esquecimento. A imagem do Grande Ponto é elaborada como um espaço de importância pessoal, ligado a saudade, mas também um espaço que participou da vida social da cidade, espaço marcado por passeatas políticas, por desfiles carnavalescos e que acompanhou marcos da história da cidade. A pesquisa tem como objetivo principal analisar a construção espacial realizada por Nunes, inserindo essa construção no tempo e relacionando a mesma com outros discursos sobre o local.

PALAVRAS-CHAVE: Grande Ponto – Memória – Raimundo Nunes.

ABSTRACT:

Elements in transformation, the spaces acquire meanings starting from the values to them attributed. Like this, in the cities, spaces of passage, associates to the flow of people, they can become landscapes of memoirs, in other words, they can acquire value for some subjects that shared existences with other subjects in them, considering those spaces as part of their identities. In Natal a group of streets and avenues in the Neighborhood of Cidade Alta became space symbolic for different subjects, that place was called of Grande Ponto, a denomination that would have been attributed the area to the existence of a commercial point of same name. In the decade of 1950 the Grande Ponto agglutinated the main service points and leisure of the city. After the decade of 1970 the Grande Ponto passed to be narrated in different authors' texts while important point for their personal memoirs and for the memory of the city. This research analyzes mainly the narrative of Raimundo Nunes in her book *Sociologia do Grande Ponto* of 1985, a book of memory in that the space appears as a subject, the author doesn't just remember, but it possesses the pretension of describing the space, to register their practices against a threat of the forgetfulness. The image of the Grande Ponto is elaborated as a personal, linked space of importance the longing, but also a space that participated in the social life of the city, space marked by political protest marches, for carnival parades and that it accompanied marks of the history of the city. The research has as main objective to analyze the space construction accomplished by Nunes, inserting that construction in the time and relating the same with other speeches on the place.

KEYWORDS: Grande Ponto-Memory-Raimundo Nunes.

AGRADECIMENTOS

Existe um ditado que diz que “a vida é uma longa estrada”, somos viajantes dessa estrada de diferentes estações e experiências que nos deixam marcas que carregamos pelos caminhos. Sem dúvida a produção dessa pesquisa deixará muitas marcas em minha existência e aqui desejo agradecer a todos que contribuíram para sua produção.

Agradeço primeiramente a Deus por tornar possível a caminhada, sem sua proteção acredito que nada seria possível.

À Ariane, minha amada esposa historiadora, companheira de percurso, agradeço pela paciência em me ouvir, pela disposição em ler os textos e pelas trocas de ideias em relação à pesquisa.

À Paulo, meu filho, combustível para a caminhada.

À família, pelo suporte emocional e pelo incentivo mesmo nos momentos mais difíceis do trajeto.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ao meu orientador Raimundo Nonato Araújo da Rocha

À História, por possibilitar viagens pelo passado com os pés no presente.

Lista de Ilustrações

Figura 01	Mapa das áreas e bairros da Cidade do Natal (1939-1945).	20
Figura 02	Mapa e localização de estabelecimentos do <i>Grande Ponto</i> .	22
Figura 03	O estabelecimento <i>Grande Ponto</i> na década de 1940.	30
Figura 04	A <i>Rua João Pessoa</i> e o estabelecimento <i>Grande Ponto</i> .	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O “GRANDE PONTO” NA NATAL DA DÉCADA DE 1950 A 1960.	16
1.1. As configurações do bairro da Cidade Alta	16
1.2. As passagens e paisagens do grande ponto	29
CAPÍTULO 2: O “GRANDE PONTO” EM TRANSFORMAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1870 E 1980.	35
CAPÍTULO 3: O “GRANDE PONTO” DE RAIMUNDO NUNES	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO:

“Nos idos de 1957”, Raimundo Nunes, médico, havia viajado ao Recife por motivos acadêmicos. Era setembro quando recebeu um telegrama, leu – “Grande Ponto reclama ausência seu cidadão. Solicitamos volta imediata”. O tom da brincadeira mexeu com seus sentimentos, sentiu arrepios que sacudiram sua “intimidade emocional”. Sentiu desejo de voltar ao Grande Ponto, mesmo afastando-se há poucos dias. As vivências no espaço o marcaram “de maneira indelével”. Os acontecimentos que presenciou, os relacionamentos, o ambiente, e mesmo os atritos, coloriam “quadros evocativos que se fixaram com a persistência de filmagem. A separação física de ausência longa não conseguiu apagar os traços impressionistas de paisagens definitivas”. Retornou ao Grande Ponto “com a quase obstinação de recuperá-lo na autenticidade de suas características do passado, na restauração fiel de seu mapeamento sentimental” (NUNES, 1985: 89-90).

A cena acima se refere a um momento narrado por Raimundo Nunes. Em suas memórias o autor ressaltou o significado de um recorte espacial denominado “Grande Ponto” em Natal, um espaço que o autor pretende mapear sentimentalmente, uma paisagem que se apresenta como uma pintura e que o autor leva consigo mesmo não estando fisicamente presente. Em sua narrativa o “Grande Ponto” é espaço envolto em saudade, erguido lembrança a lembrança, ganhando existência pelos sentimentos, pelas recordações de vivências como também pela linguagem.

A nomenclatura Grande Ponto serviu para designar um trecho ou área da cidade do Natal, localizada no bairro da Cidade Alta, que das décadas de 1920 a 1960 era centro econômico, comercial, social e de lazer da cidade. Nas décadas de 1970 e 1980, com o crescimento da cidade para outras áreas como as dos conjuntos habitacionais, as áreas da zona Sul em que passaram a localizarem-se os primeiros shoppings da cidade e com o crescimento do comércio informal na Cidade Alta, o espaço do Grande Ponto passou a ser preocupação para diferentes sujeitos e tema para uma produção bibliográfica e memorialística. Esses textos recordavam o local e ao mesmo tempo denunciavam seu esfacelamento, as ruínas de um espaço que abandonava seus tempos áureos, mas que adquiria novos significados e usos. Esses textos delinearão o Grande Ponto como “paisagem da saudade”.

Analisar as construções simbólicas do Grande Ponto nos lança questões acerca do apego e o desapego em relação aos espaços e a transgressão em relação a ordem de projeção e construção dos mesmos, ou seja, espaços que inicialmente foram criados para se caracterizar como locais de fluxo, de passagem, pela ação humana tornam-se paisagens repletas de significados, paisagens de saudades. As ruas e avenidas com suas calçadas são arquitetadas para servir de fluxo para transeuntes e para automóveis, espaços originalmente destinados para o trânsito, como salientavam os arquitetos das cidades modernas ao comparar as ruas com artérias onde circulavam o sangue no organismo humano (SENNETT, 2008). Trabalhar com o Grande Ponto e seus significados nos permite vislumbrar uma inversão dos usos e significados dos espaços nas cidades, a transformação de “não lugares” como abordou Augé,¹ em lugares.

Pensando na expressão narrada por Nunes em relação ao Grande Ponto, enquanto “paisagem da memória”, iremos refletir acerca da relação entre paisagem e memória. De acordo com Simon Schama o encontro entre o olhar e o espaço mais do que ação imediata, pode nos conduzir a um passado, uma paisagem pode funcionar como uma espécie de arquivo onde, através de seus significados, mitos e obsessões, podemos entrar em contato com personagens, acontecimentos e modos de vida que emergem por meio de uma memória vivida ou herdada. Para Schama uma paisagem faz emergir memórias, assim como a memória pode também transformar uma paisagem ausente em presente pelas lembranças. O olhar seleciona uma paisagem e a lê no

¹ Augé em suas análises delimita o que seriam os não-lugares. Enquanto o lugar se completa pela interação, pela fala, pela convivência, partilha de códigos e pela intimidade, enquanto que podemos definir um lugar como identitário, relacional e histórico, um espaço que não possui esses elementos definirá o que Augé denomina de não-lugar. Esses não-lugares são produzidos pela supermodernidade, espaços que não são os lugares antropológicos, e que não integram os lugares antigos tidos como lugares de memória que terão na supermodernidade uma posição específica. Os não-lugares são espaços de passagem, de trânsito, as ocupações provisórias de acordo com Augé, são marcados pelo uso funcional, pela desvinculação pessoal, eles compõem um mundo prometido a individualidade e que propõe ao antropólogo um objeto novo. Enquanto a identidade é constituída no lugar por meio das convivências de linguagem, o não-lugar não cria uma identidade, é onde assumimos a posição provisória de passageiro, de clientes, de motorista, incorporar essas posições provisórias são como uma libertação muitas vezes em relação ao lugar, o usuário declina sua identidade e sente-se livre. Os não-lugares são produto de seu tempo, são as ferroviárias, rodoviárias, aeroportos, as estações, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, as redes a cabo ou sem fio, é povoado de viajantes, de passageiros, de passagens. Os não-lugares são tanto os espaço constituídos em relação a certos fins como os transportes, o comércio e o lazer, como também a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços, as ações de viajar, comprar e repousar, “assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária” (AUGÉ, 1994: 87)

presente, participando dessa leitura a cultura e as associações com vivências, e práticas humanas do passado, um passado individual ou da coletividade pela qual o indivíduo se sente pertencer. A leitura de uma paisagem no presente desdobra práticas, símbolos e vivências acumuladas no tempo (SCHAMA: 1996)

O Grande Ponto será analisado enquanto objeto de estudo, elemento de configuração física, mas que a nós só se torna visível e algo a ser analisado por meio da palavra escrita, da narrativa que elabora imagens sobre o mesmo. Um trabalho que conecta memória – linguagem – imagem – registro, uma representação.

Quando lidamos com a memória estamos lidando também com uma representação, uma imagem construída pela memória em sua fase declarativa. Tratando-se do Grande Ponto, compreendemos que esse espaço na memória de Nunes é uma imagem espacial, como narra o autor, apresenta-se como pintura, uma imagem que foi elaborada também pela interação com o espaço, dotando-o de significado, tornando-o espaço habitado. De acordo com Paul Ricoeur o “fenômeno mnemônico consiste na presença no espírito de uma coisa ausente que, além disso, não mais é, porém foi. [...] a lembrança é representação, re-(a) apresentação”, pela operação de recordação, concluída com o reconhecimento da lembrança. De acordo com Ricoeur, a idéia de representação perpassa a história como também a memória, possuindo especificidades para cada campo. A lembrança pode ser compreendida como uma imagem do que foi visto, adquirido, experimentado, ouvido, apreendido (RICOEUR, 2007: 199-248).

Desta forma, este trabalho tem como objetivo principal abordar a construção desse recorte espacial em Natal denominado Grande Ponto pela narrativa vinculada à memória de Raimundo Nunes, trabalhando essa narrativa pela história não apenas como elemento de informação, mas compreendendo a memória como seleção, envolta em afetividade, elaborada em um momento específico e por um narrador vinculado a determinadas condições sociais e intelectuais. Nossa problemática se propõe a refletir sobre como a imagem do Grande Ponto é elaborada pela memória de Raimundo Nunes? Quais os significados atribuídos pelo autor ao espaço? Como a produção do texto de Nunes se relaciona com as perspectivas temporais vivenciadas pela cidade?

Apesar de o Grande Ponto estar presente em diferentes narrativas memorialísticas, a escolha de trabalhar com as narrativas de Raimundo Nunes no livro Sociologia do Grande Ponto, levou em consideração o livro ser uma obra de memória dedicada ao espaço em que o autor vincula todo momento sua trajetória individual ao

mesmo. Desta forma, podemos compreender o Grande Ponto como um espaço que é também sujeito. Para a narrativa de memória, como para a nossa narrativa histórica, a noção de personagem, “constitui um operador narrativo da mesma amplitude que a do acontecimento; as personagens são os agentes e os pacientes da ação narrada” (RICOEUR, 2007: 256). Elaborando o espaço como um sujeito que se relaciona e que participa de suas vivências, a narrativa de Raimundo Nunes ao descrever o espaço e acontecimentos vinculados ao local quer conferir autoridade a sua memória, as lembranças de um espaço que é afetivo não apenas para o autor, mas para uma coletividade e para a história da cidade por ter servido de ponto de encontro e celebração de campanhas políticas, desfiles carnavalescos, manifestações artísticas, e como trecho comercial e de debate de idéias e notícias.

Compreendemos, portanto que a narrativa de Nunes por mais que seja narrada em primeira pessoa, tem também aspectos ligados ao coletivo. De acordo com Ricoeur, no campo das memórias há uma relação entre o individual e o coletivo, entre o “eu” e os “outros”, essa relação é postulada pela relação com os próximos que se dá pelas múltiplas formas de pertencimento. Espera-se dos próximos a aprovação do que se atesta pelas memórias, pelo narrar. Não é como campo duplo de memória individual e coletiva que a memória deve entrar no campo da história, mas como uma tríplice atribuição, a si, aos próximos e também aos outros, os distantes (RICOEUR, 2007: 142).

A memória que narramos, possui a interferência dos grupos de pertencimento, dos grupos de convivência, essas lembranças narradas são elaborações que levam em consideração esses sujeitos. Nesse sentido, a linguagem tem importante função, pois está no centro de toda atividade humana “Sabe-se hoje que sendo ela [a linguagem] produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade”, ela passa a ser um elemento modelador do conjunto das relações humanas. A linguagem é “simultaneamente material e imaterial” (SEVCENKO, 1985: 19). É em sua fase declarativa que a memória entra na região da linguagem, as lembranças tornam-se ditas e passam por uma autorização do narrador e de terceiros. (RICOEUR, 2007: 138)

Admitindo que a interpretação esteja presente em toda parte da pesquisa em história, desde a escolha do tema, a seleção e eleição dos documentos, até a fase da narrativa, irei realizar uma interpretação da narrativa de Raimundo Nunes. Desta forma, alguns componentes podem ser discernidos de acordo com Ricoeur, a primeira delas é

uma preocupação em explicitar, tornar mais clara e desdobrar um conjunto de significações para uma melhor compreensão. Também reconheceremos que é sempre possível interpretar os documentos de outras formas, admitindo inclusive controvérsias, no entanto teremos a pretensão de dotar a interpretação assumida com argumentos plausíveis. Por fim admitimos não chegar a conclusões exatas sobre as motivações pessoais e culturais do autor, pois existem caminhos impenetráveis, além disso, as conclusões se relacionam também com a nossa subjetividade (RICOEUR, 2007: 351-352).

Diante dessa denominação que remete a um ponto, a um centro que possui status de grandeza, poderíamos nos questionar o que tornaria grande esse ponto? Acredito que o Grande Ponto torna-se grande pelo significado que os narradores atribuíram a ele, ganha verticalidade pela memória, é assim que adquire contornos de espaço simbólico. Essa ligação afetiva com o local auxilia no encaixe do mesmo na História, ressaltando sua importância pela participação na vida social da cidade, na política, nas interações intelectuais. O Grande Ponto não pode ser confundido com o bairro da Cidade Alta como um todo, repleto de seus espaços de passagens, ele é delimitado fisicamente e afetivamente, diferenciando-se, adquirindo contornos próprios por meio do investimento de um grupo de frequentadores. O Grande Ponto para Nunes, porém apesar de concordar com outras imagens sobre o lugar, é um espaço único experimentado e construído narrativamente por ele, possui uma geografia particular.

CAPÍTULO 1: O “GRANDE PONTO” NA NATAL DA DÉCADA DE 1950 A 1960.

Centro econômico, de lazer e comunicação, a geografia do Grande Ponto foi sendo delineada no tempo. De passagem a “paisagem da memória” o Grande Ponto está envolto em significados. No entanto do ponto de vista da História torna-se importante investigar um conjunto de elementos que contribuíram para essa construção simbólica. E entre esses elementos destacam-se as configurações físicas que o trecho do bairro da Cidade Alta adquiriu. Os aspectos econômicos e sociais. Elementos que colaboraram para a construção narrativa do lugar.

Nesse capítulo, portanto iremos vislumbrar o bairro da Cidade Alta nas décadas de 1950 e 1960, suas principais ruas e os seus lugares. Iremos primeiramente vislumbrar os espaços de passagem, os espaços comerciais, as instituições, clubes, os locais destinados a oferecer os mais diversos serviços, desde saúde aos serviços bancários. Posteriormente iremos adentrar na construção da paisagem, lugar afetivo, o Grande Ponto da memória.

1.1. As configurações do bairro da Cidade Alta

Compreendemos a trama urbana como um processo de construção física e simbólica ao longo do tempo, assim, quando selecionamos a cidade do Natal das décadas de 1950 e 1960, é imprescindível analisar também a Natal de décadas anteriores. De acordo com o jornal *A República* de julho de 1959, o desenvolvimento da cidade é atribuído à participação da cidade na II Guerra². A presença dos norte-americanos na cidade teriam estimulado o povo natalense a sair do “provincianismo” em que se encontravam, e desde então a cidade teria “procurado comportar-se como

² Durante a eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), a cidade do Natal serviu como espaço para a instalação de uma base aérea americana. A escolha da cidade deu-se por sua localização geográfica, por ser ponto estratégico no Atlântico Sul. O interesse pela cidade levou ao governo dos Estados Unidos a aproximar-se do presidente brasileiro Getúlio Vargas, essa política visava o apoio dos países americanos aos EUA. Em acordo assinado em 1942 os americanos tinham que utilizar nossas matérias primas e em troca forneciam armamentos e munições, bem como construíram a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Em 1942 foi inaugurado o Campo de Pouso de Parnamirim denominado Parnamirim Field, considerada a maior realização técnica dos EUA fora do seu território. O campo possuía pistas de 2.000 metros, possibilitando a descida de 250 aviões. Cerca de 2.000 americanos se alojaram em Natal entre homens, mulheres e especialistas técnicos. A presença dos americanos trouxe para a cidade investimentos e novos hábitos (MARIZ; SUASSUNA, 2001: 48-65)

metrópole”. Natal era a cidade que mais crescia no Brasil, de acordo com o texto que recorre a números, cita o contingente populacional composto por 100 mil habitantes de acordo com o censo de 1950 (A REPÚBLICA, 01.07.1959: 3). De acordo com dados do censo apresentados por Itamar de Souza, na transição da década de 1940 para a década de 1950, a cidade teve seus índices populacionais alavancados. Em 1940 Natal possuía 54.836 habitantes, de acordo com o censo, passando para 103.212 habitantes em 1950 (SOUZA, 2008: 797).

Apesar do reconhecimento dos avanços obtidos na década de 1940, é necessário compreender que esse período não é o único responsável por desenvolvimentos na cidade. Flávia de Sá Pedreira ressalta que devemos olhar os textos que abordam o desenvolvimento da cidade nesse período com cuidado, pois em décadas anteriores, 1900 a 1930, Natal já possuía casas comerciais na Ribeira e Cidade Alta, projetos de saneamento, linhas de bonde. Muitos textos privilegiam a década de 1940 em detrimento das décadas anteriores caracterizando-as como período de atraso (PEDREIRA, 2005: 25-26). É importante compreender que a cidade do Natal passou por mudanças referentes a planos urbanísticos desde o início do século XX³.

Enquanto a década de 1940 se constitui como marco na História da cidade, muitas pesquisas atualmente têm lançado um novo olhar sobre o período, estabelecendo também outros períodos marcados por desenvolvimentos econômicos e urbanos. Marcos Aurélio de Sá, diretor e editor da revista RN/Econômico em 1979, recorda a importância de Natal como base aliada para os americanos na década de 1940 para a economia da cidade. Esse período teria estimulado a abertura de uma postura empresarial e conduzido à abertura de negócios, no entanto, para o autor, com o final da

³ São marcos nas transformações urbanas da cidade o Plano Poliedri de 1901, o Plano Palumbo de 1920, o Saneamento de Natal e Urbanismo, Saturnino de Brito em 1935, as mudanças na infra-estrutura durante a II Guerra Mundial na década de 1940. Além desses marcos pode-se incluir o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal pela Serete Engenharia S/A de 1968, e os Planos Diretores de 1974 e 1984 (LIMA, 1992: XI – XVI). Na passagem do século Natal possuía vinte mil habitantes que habitavam os bairros da *Ribeira* e *Cidade Alta* ou concentravam-se em áreas atualmente denominadas de Passo da Pátria, Baldo, Barro Vermelho, Rocas, Alecrim e Quintas. O terceiro bairro de Natal foi o de Cidade Nova e que compreende os bairros de Tirol e Petrópolis, esse bairro teve a característica de ser um bairro planejado, o responsável foi o arquiteto Antonio Polidrelli. (PASSOS, 1992). Entre os anos 1900 e 1930 Natal foi fruto de investimento por parte de uma elite que para atender aos seus anseios de modernização, ou seja, para dotar a cidade de estruturas materiais correspondentes a padrões tecnológicos desenvolvidos no século XIX, dotou a cidade de infra-estrutura urbana como linhas de bondes, energia elétrica, bem como planos de higienização, passeios, praças e espaços de lazer como clubes e cafés (MARINHO, 2008).

prosperidade trazida pela guerra, a cidade perdeu seu comércio dinâmico, conduzindo a desativação de hotéis, lojas e pequenas indústrias. Natal não era uma cidade que pertencia às rotas comerciais tradicionais do Nordeste como eram Recife, Fortaleza e Campina Grande, centros comerciais nordestinos. Para o autor, a cidade possuía apenas pequenas indústrias e só por volta dos anos 1960 com o incentivo à industrialização nordestina feita pelo Governo Federal através da SUDENE⁴, que as pequenas e médias indústrias passaram a se multiplicar em Natal. Cresceram diferentes setores como o têxtil, construção civil, alimentício e serviços, acelerando o ritmo da vida econômica natalense e incentivando a emigração do interior do estado para a capital (SÁ, 1979: 27-29).

Para Pedro de Lima⁵, o crescimento da cidade pela ocupação de outras áreas foi impulsionado após os anos sessenta, em vinte anos a cidade triplicou sua população (LIMA, 1992: XI – XVI). Em relação ao crescimento da cidade nos anos 1950 e 1960, Suassuna e Mariz, lembram as iniciativas de políticos que trabalharam dentro da linha de desenvolvimento e modernização do governo federal na época, política relacionada também com a criação da SUDENE. Entre esses políticos os autores destacam a gestão de Aluísio Alves, eleito governador do Rio Grande do Norte em 1960. Durante sua gestão Aluísio Alves teria alavancado o desenvolvimento do estado e de Natal pelo investimento em saneamento básico, oferta de empregos através da iniciativa privada, ampliação da rede pública de ensino e telecomunicações como a criação da TELERN (Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte). Aluísio Alves também criou a COSERN (Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte), promoveu melhoramentos na CAERN (Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte), e também criou a faculdade de jornalismo e sociologia que foram incorporadas à UFRN em 1975.

⁴ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE foi criada em 1959 por Juscelino Kubitschek e funcionou nas décadas de 1960 e 1970. Foi órgão criado em prol de uma política industrializante para o Nordeste. Esses recursos foram destinados a investimentos na energia elétrica, rodovias, telecomunicações, equipamentos urbanos e habitação (MARIZ; SUASSUNA, 2001: 83-107).

⁵ O livro foi elaborado para fornecer para as diferentes pesquisas e áreas do conhecimento, para empresários e políticos, informações sobre a cidade. Esta tarefa foi iniciativa do PT, Partido dos Trabalhadores. Ao buscar realizar as ações parlamentares, esbarraram na ausência de dados atualizados e sistematizados sobre o município o que conduziu a equipe de gabinete do vereador Fernando Mineiro e a equipe do PT a uma coleta e sistematização dos dados sobre a cidade.

Em 1966 sob o governo do Monsenhor Walfredo Gurgel, vice de Aluísio Alves, a política de melhoramentos havia continuado com a construção da Escola Winston Churchill na *Cidade Alta* em Natal, a Biblioteca Câmara Cascudo, construção do Hospital Pronto Socorro, depois denominado Walfredo Gurgel, e construção da ponte de Igapó sobre o Rio Potengi (MARIZ; SUASSUNA, 2001: 83-107).

As transformações ocorridas na cidade privilegiaram o desenvolvimento de alguns trechos como o bairro da *Cidade Alta*, o primeiro da cidade. O bairro recebeu os principais melhoramentos urbanos da época, firmando-se como centro da capital.

Primeiro bairro de Natal e bairro central da cidade, o bairro da Cidade Alta era espaço que condensava essas transformações vivenciadas nas décadas de 1950 e 1960 em suas principais ruas e avenidas como a Avenida Princesa Isabel, Rio Branco, Deodoro e as ruas João Pessoa e Ulisses Caldas. A Cidade Alta se tratava de um bairro asseado, urbanizado e com infraestrutura que favorecia sua frequência. Era no bairro que os sujeitos se encontravam, trocavam experiências e iam também ao encontro do lazer e dos prazeres do paladar. Além dos prazeres, frequentar o bairro era uma utilidade, tendo em vista que aglutinava o aparelho burocrático, as sedes bancárias, bem como as sedes de instituições e de procedimentos de saúde.

Mas a partir de que momento o bairro se constituiu dessa maneira? Para autores como Itamar de Souza, a configuração do bairro enquanto núcleo comercial e de serviços teria se configurado na década de 1940 em decorrência da participação da cidade na II Guerra. Para Souza, na conjectura espacial da cidade nas décadas de 1950 e 1960, ganhou destaque o bairro da *Cidade Alta* e suas artérias, pois até a II Guerra Mundial o bairro era predominantemente residencial, com o final do conflito passou a receber boa parte do comércio da *Ribeira* e as famílias que residiam na *Avenida Rio Branco* e nas ruas vizinhas se mudaram para os bairros de Tirol, Petrópolis ou Alecrim (SOUZA, 2008: 174-490).

Ao folhear os jornais da década de 1950, encontramos um anúncio de aluguel de uma casa na Avenida Rio Branco. O anúncio foi publicado em janeiro e nele o bairro foi descrito como “o melhor trecho da cidade, para ponto comercial, e residência”. Além das qualidades comerciais o bairro possuía também moradias, mas é importante compreender no anúncio que ambas as qualidades convivem lado a lado. O bairro se destacaria como melhor lugar para as duas funções, pois era privilegiado em termos de infraestrutura e local de fluxo, o que beneficiaria o comércio, como também era uma

boa idéia morar no bairro pelo conforto de estar a apenas alguns metros dos principais serviços oferecidos na localidade (A REPÚBLICA, 03. 01. 1950: 5).

É importante ressaltar que dentro da cidade, juntamente com a *Ribeira*, a Cidade Alta representava a área urbana.

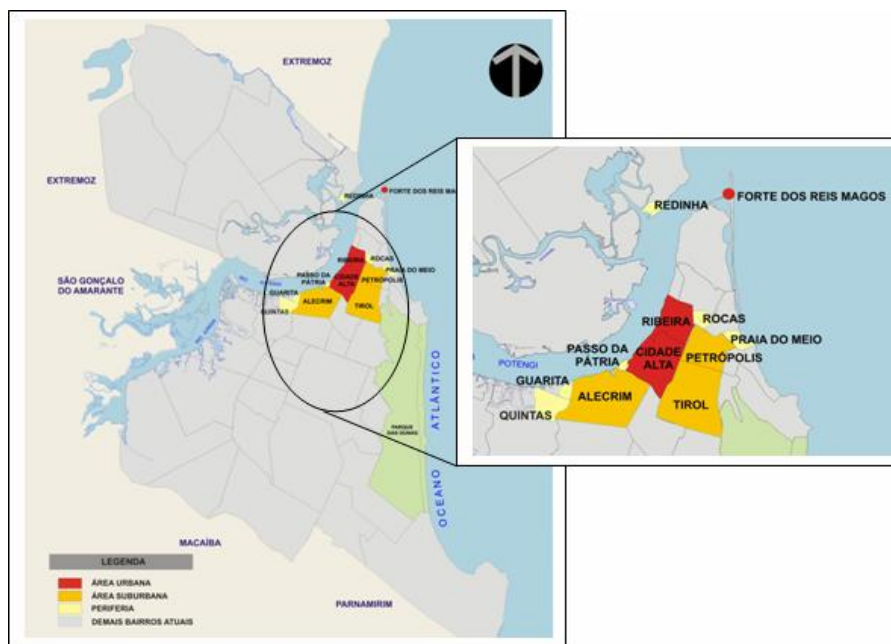


Figura 01 - Mapa das áreas e bairros da Cidade do Natal (1939-1945). **Fonte:** Giovana Paiva de Oliveira de acordo com dados da SEMURB (OLIVEIRA, 2008: 54).

Através do mapa acima podemos perceber que a área urbana de Natal até meados da década de 1940 e também na década de 1950, se resumia principalmente ao bairro da *Cidade Alta* e *Ribeira*. Era principalmente na *Cidade Alta* que o comércio se fazia presente na década de 1950.

Para elaborar um quadro do que foi o *Grande Ponto*, elaboramos uma seleção de alguns locais que fizeram parte desse espaço, esses locais foram marcados em um mapa abaixo. O ponto número 1 faz referência ao *Cinema Nordeste* na *Rua João Pessoa*. O cinema foi inaugurado em 1958 de acordo com Souza. O ponto 1 também marca a localização da *Sorveteria Oásis* que funcionava como anexo do *Cinema Nordeste* (SOUZA, 2008: 181-182).

O ponto 2 faz referência à localização do *Natal Clube*, banca *O Zepelin* e à *Praça Presidente Kennedy*. O *Natal Clube* (1906 a 1968) foi um clube composto por

associados em que se realizavam bailes, jogos, carnavais e organizavam-se piqueniques. Era um clube restrito frequentado por políticos e outras figuras de relevo social na cidade. Para Cascudo o *Natal Clube* era o “maior centro social da cidade” (CASCUDO, 1981:9-11). Luiz Veiga Filho o proprietário do *Café São Luiz* fazia parte do *Natal Clube*, sendo admitido como sócio efetivo em 1922 (A REPÚBLICA, 07.10.1922). A Banca de Revistas *O Zepelin* (2), inaugurada em 1939, funcionava na calçada do *Natal Clube*, manteve-se aberta durante a década de 1950, vendia revistas, charutos e jornais, tornou-se um ponto de informação na cidade (SOUZA, 2008: 172-173). A *Praça Presidente Kennedy* (2), em frente ao *Natal Clube*, foi um local de interação entre sujeitos na década de 1960, no local havia assentos em forma de cubos que passaram a ser conhecidos como “cocadas”, nome que se transferiu ao grupo de frequentadores da Praça que discutiam sobre muitos temas dentre eles cinema (SILVA, 2002: 116). O monumento a Kennedy foi inaugurado em 1965 (SOUZA, 2008: 183).

A localização do *Cinema Rex* é marcada no ponto 3, cinema de intensa movimentação inaugurado em 1936 e fechado em 1972, atualmente *Lojas Insinuante* (SOUZA, 2008: 172). Além do *Cinema Rex* havia na *Avenida Rio Branco* a *Livraria Universitária* aberta em 1959 (SOUZA, 2008: 175) e o *Instituto de Música*, local onde se reunia a *Academia Histórico Cultural*, um grêmio estudantil. (GÓES, 2002: 71).

Local importante, e epicentro geográfico que teve o nome posteriormente transferido a zona, assim foi o *Café Grande Ponto*, sinalizado no ponto 4. De acordo com Cascudo era ali que se cruzavam os bondes elétricos vindos dos bairros de Tirol, Petrópolis, *Ribeira* e Alecrim (CASCUDO, 1981:9-11). No local, atualmente está localizado o *Edifício Amaro Mesquita*. O *Café Grande Ponto* foi inaugurado na década de 1920 e fechou no início da década de 1950, entre 1951 e 1953 (SOUZA, 2008: 180).

O *Bar e Confeitaria Cisne* (5) foi uma confeitaria na parte dianteira e ao fundo possuía um serviço de bar no local mais reservado (SODRÉ, 2002: 110). Era um espaço composto por mesas de tampo de mármore e cadeiras de ferro (FONSECA, 2002: 125). Ficava quase no final da *Rua João Pessoa*, número 162. Foi espaço frequentado por eruditos como Cascudo e Veríssimo de Melo (MELO 2002: 127). Também eram lugares de interação na mesma rua a *Confeitaria Helvética*, *Café Maia*, *Casa Vesúvio*, *Acácia Bar*, *Confeitaria de Aracati* e o *Restaurante Dois irmãos* (MOURA JÚNIOR, 2002: 55-56).

No ponto 6, podemos localizar o café *O Botijinha*, local composto por mesas de metal e mármore e com serviço de garçons (GALVÃO, 2002: 97). Era um café conhecido por funcionar vinte e quatro horas, era uma “central de boatos e verdades, partida das aventuras boêmias que nasciam dali” (DUARTE, 1981: 12-13). No andar superior do prédio do café funcionava a Sede do *Santa Cruz Futebol Clube* (MOURA JÚNIOR, 2002: 56).

O número 7 pontua a localização das primeiras instalações do *Café São Luiz*, fundado como Posto de Degustação. O *Café São Luiz*, inaugurado em 1953, mudou-se em 1959, para a Avenida Princesa Isabel (SOUZA, 2008: 181-202). Para Moacyr de Góes, o “*Café São Luiz* e a *Confeitaria Cisne* tinham públicos cativos” (GÓES, 2002: 72). Já o número 8 foi o local de instalação do *Café São Luiz* durante a década de 1960 até a atualidade. “As pessoas, políticos, funcionários públicos, profissionais liberais, estudantes, etc., batem papo, comentam notícias do dia, entre um cafezinho e outro tomado no *Café São Luiz*, a alguns passos, na *Rua Princesa Isabel* (e sempre arriscam um olho no mulherio que vai passando, vindo das compras)” (ONOFRE JÚNIOR, 2002: 149).

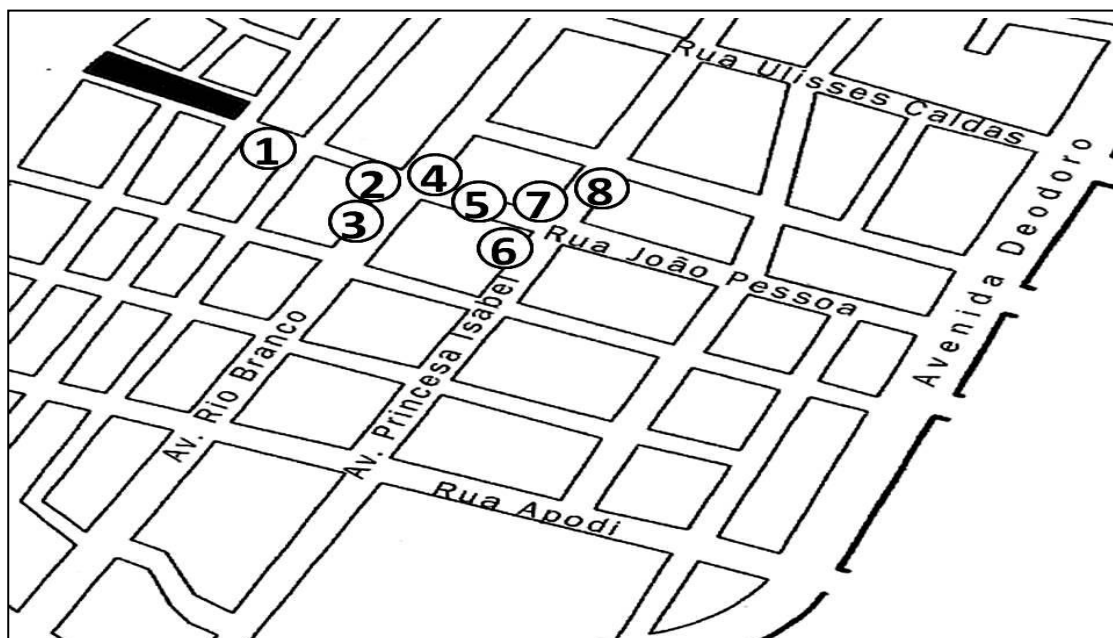


Figura 02 - Mapa e localização de estabelecimentos do *Grande Ponto*. **Fonte:** (MIRANDA, 1999: 132) imagem adaptada pelo autor.

Quando entramos em contato com os livros de memória, pesquisas e documentos acerca do bairro no período nos confrontamos com verdadeiras listas de estabelecimentos que formavam o bairro. Dentre os estabelecimentos, Itamar de Souza apontou as *Lojas Brasileiras* em 1940, o *Cassino Natal* em 1943, a *Fábrica Santa Lígia* de tecelagem em 1945, a *Sorveteria Rio Branco*, no mesmo ano, e, em 1947, o *Posto Esso*. A arquitetura do bairro também passou por transformações como a construção do *Edifício Amaro Mesquita* em 1951, o primeiro edifício de 5 andares construído em Natal. Em 1956 Natal ganhou um edifício de 6 andares, era o *Edifício São Miguel* na *Avenida Rio Branco* (SOUZA, 2008: 174-490).

O bairro era caracterizado por casas comerciais. Na lista iniciada por Souza podemos incluir a *Importadora Norte Rio-grandense Limitada*, com especialidade na distribuição de cervejas, champagne e água mineral, localizada na *Avenida Rio Branco*, 318 (TRIBUNA DO NORTE, 31.10.1952: 3), como também a firma *J.L Fonseca & Cia* revendedora de automóveis *Ford*, localizada na *Avenida Rio Branco*, 205 (TRIBUNA DO NORTE, 28.10.1951: 6).

O bairro era um espaço atrativo para a instalação de novas firmas. É desta maneira que foi anunciado no jornal a instalação da firma *Cavalcanti & Pereira Ltda* na Rua Ulisses Caldas, 124 que se destinava ao comércio de “rádios, refrigeradores, enceradeiras, fogões etc.”. (TRIBUNA DO NORTE, 23.12.1951: 5). Na geografia do bairro ganhou destaque também a banca *O Zeppelin* em frente ao *Natal Club*. Na banca além de vender revistas e jornais, os clientes podiam efetuar os pagamentos das contas de luz e telefone. *O Zeppelin* ainda realizava entregas de refrigerante e *champagne* para festas (A REPÚBLICA, 07.06.1950: 3).

Incluído entre os demais serviços que eram fornecidos no bairro da *Cidade Alta*, podemos abarcar também a área da saúde, era lá que os sujeitos iam à busca de atendimento médico para as mais diversas especialidades, era lá também o espaço predileto para os médicos e dentistas que buscavam montar consultório. Entre esses anúncios estão o do Dr. Heriberto F. Bezerra, pediatra e que possuía consultório na Ulisses Caldas, n. 86 (A REPÚBLICA, 12.05.1950: 6); Dr. José Francisco Silva com especialidades de alta cirurgia, doenças de estômago, intestino, fígado, rins e doenças de senhoras, consultório na *Avenida Rio Branco*, 746 (A REPÚBLICA, 15.06.1950: 6); Dr. Theophilo M. de Araújo Costa, pediatra, com consultório instalado na *Avenida Rio Branco*, 712 (A REPÚBLICA, 14.06.1950: 2); Dr. João Tinôco Filho, especialista em

partos e doenças de senhoras, com consultório na *Rua João Pessoa*, 163 (A REPÚBLICA, 22.06.1950: 2); Jessé D. Cavalcanti, cirurgião dentista localizado na *Avenida Deodoro*, 433; Dr. Raimundo Nunes, especialidade no tratamento de olhos, ouvidos, nariz e garganta, localizado na *Avenida Rio Branco*, 623, primeiro andar (TRIBUNA DO NORTE, 06.07.1955: 5). Dr. Wilson Ramalho que atendia na Clínica de crianças localizado na Praça Padre João Maria, n. 56, primeiro andar, a praça está localizada na *Rua João Pessoa* (TRIBUNA DO NORTE, 19.10.1951: 4).

Também na área da saúde, assim como os consultórios médicos, havia no bairro uma concentração de farmácias. Na coluna intitulada “Dos jornais de ontem” do jornal A República, podemos acompanhar as reclamações de um leitor do Diário de Natal acerca da ausência de farmácias abertas na *Ribeira* e a forte presença delas no bairro da *Cidade Alta*. O leitor fez um apelo às autoridades de Saúde Pública, para modificação do sistema de plantões de farmácias. Natal possuía 23 farmácias e de acordo com o leitor, “não é justo que o habitante da *Ribeira* tenha de locomover-se à *Cidade Alta* ou ao bairro do Alecrim para encontrar a farmácia de Plantão” (A REPÚBLICA, 21.05.1950: 8).

Como já mencionamos, não só de comércio vivia o bairro da *Cidade Alta*, as casas que misturavam as duas funções davam vida ao bairro, tornando-o uma profusão de cheiros, cores, vozes, enfim de pessoas. Era no bairro que se localizava o *Natal Club*, na *Rua João Pessoa*, n. 124 (A REPÚBLICA, 15.06.1950: 3), e os demais cinemas da cidade como o *Cinema Rex*, na *Avenida Rio Branco*, e, o *Cine Rio Grande*, na *Avenida Deodoro* (A REPÚBLICA, 08.06.1950: 2). O bairro não parava nem em finais de semana, o *Rex* exibia sessões inclusive aos domingos (A REPÚBLICA, 13.05.1950: 2). Era também local de movimentação cultural, passando a receber a apresentação de importantes artistas nacionais. Em abril de 1950, o *Rio Grande* serviu de palco para a apresentação da estrela do cinema nacional Oscarito, a presença do mesmo foi divulgada em larga escala (A REPÚBLICA, 27.04.1950: 2).

Além das apresentações o bairro era também núcleo de informação, lá estavam presentes as principais estações de rádio da época. O rádio na década de 1950 era o principal veículo de informação, servindo para a mobilização ideológica das massas e projetando a imagem de cantores e atores na época. No bairro estava presente a sede da *Rádio Poti S. A.*, localizada na *Avenida Rio Branco*, n. 245 (A REPÚBLICA, 01.06.1950:7).

As associações e sedes de instituições também se localizavam no lugar, exemplo delas é a Associação dos Professores, na *Avenida Rio Branco*, n. 90 (TRIBUNA DO NORTE, 29.12.1951: 4). Na mesma avenida, a secretaria da Escola Industrial de Natal, n. 743, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde (A REPÚBLICA, 13.01.1950: 5), ainda na *Avenida Rio Branco*, estava localizada a Liga Artístico-operária, fundada por um grupo de operários e que atendia aos operários impossibilitados para o trabalho, participando da educação dos filhos dos associados oferecendo ainda assistência jurídica, médica e odontológica aos seus 930 associados (A REPÚBLICA, 23.04.1950: 3). Em 1951 foi a vez da inauguração da Sede do Teatro de Amadores de Natal no segundo andar do Edifício Campos na *Avenida Rio Branco*. A solenidade contou com a presença de “autoridades civis e militares, jornalistas, associados e famílias”. A sede era composta por “palco para representações, salão de auditório, sala de espera, biblioteca e bar” (TRIBUNA DO NORTE, 22.12.1951: 2). O espaço da sede também servia para eventos que agitavam o bairro e a cidade como consta na publicidade de 1951, quando anunciou uma “Grande soiree dançante abrilhantada por Jonatas e seu conjunto Boite, Sambas, Blues, Boleros, Baião” (TRIBUNA DO NORTE, 28.12.1951: 5).

Espaço privilegiado da cidade, o bairro da *Cidade Alta* concentrava também eventos como exposições, passeatas políticas e cortejos religiosos. Era, portanto, espaço para a mobilização dos sujeitos, local eleito como lugar de concentração de pessoas. Compreendemos que esse aspecto está relacionado a dois fatores: a facilidade de acesso ao bairro e o seu aspecto simbólico. Elaborar uma manifestação política, uma exposição ou uma intervenção religiosa no bairro, era garantia que essa mobilização seria vista, seria assistida e ganharia mais adeptos. No jornal *A República* de maio de 1950, encontramos notícias de exposições artísticas como foi a exposição de fotografias de Valdemar Medeiros, a exposição reuniu “numerosos visitantes” que iam diariamente apreciar a exposição no Studio Namorado na *Avenida Rio Branco* (A REPÚBLICA, 31.05.1950: 6). Além da exposição de fotografias foi realizada exposição de pinturas na *Avenida Rio Branco* em sede da Cruz Vermelha, a exposição foi a dos quadros do pintor conterrâneo Cícero Vieira de Melo. Essa exposição teve a presença do prefeito Sylvio Pedroza. De acordo com a notícia, a exposição alcançou sucesso, informando que “já se eleva a muitas centenas o número de pessoas que a visitaram aplaudindo o trabalho artístico de Cícero Vieira de Melo” (A REPÚBLICA, 17.01.1950: 6). As duas notícias

de eventos artísticos atribuem ao bairro uma ideia de movimentação e de trânsito de um grande número de pessoas, possibilitando pensar em um local de agitação e de fluxo.

Assim como as exposições de arte, no bairro ocorriam também os eventos relativos à leitura como a Semana do Livro Espírita promovida em comemoração aos 93 anos do lançamento de *O livro dos Espíritos*. As comemorações ocorreram na Sede da União da Mocidade Espírita Norte Rio-grandense na Avenida Princesa Isabel, 627, com uma exposição de revistas, livros e jornais espíritas (A REPÚBLICA, 12.04.1950: 1).

O bairro também possuía um forte apelo religioso. A *Cidade Alta*, enquanto primeiro bairro de Natal concentrava as principais igrejas dos séculos XVII e XVIII com suas mais importantes movimentações religiosas. A igreja Santo Antônio, localizada no bairro, realizava suas festividades e procissões nas ruas e avenidas da *Cidade Alta* em 1950. A notícia informa sobre “missa solene, saindo à tarde, em procissão, a imagem do Taumaturgo, com crescendo acompanhamento de fiéis, tocando durante o trajeto as bandas de música da Força Pública e da Aeronáutica” (A REPÚBLICA, 13.06.1950: 3).

Além das movimentações religiosas, tomavam as ruas do bairro às movimentações políticas. Em maio de 1950 a Avenida Princesa Isabel serviu de palco para um comício da União Democrática Nacional em prol da candidatura do Deputado Manoel Varella para suceder ao governador José Varella. O comício foi realizado em frente à sede do partido na mesma avenida (A REPÚBLICA, 21.05.1950: 8). Palco de tantas intervenções políticas a *Cidade Alta* agitou-se na disputa pelo governo do Estado nas eleições de 1960 entre Aluísio Alves e Djalma Marinho. De acordo com João Batista Machado a campanha de Aluísio para governador do Rio Grande do Norte em 1960 teria sido iniciada nas ruas do bairro, início organizado por um movimento estudantil que saía pelas ruas em comício (MACHADO, 1998: 55).

Enquanto núcleo de atividade da cidade era comum além dos serviços, as ocorrências policiais como roubos, assaltos e assassinatos. Em junho de 1950, o jornal *A República* noticiou um bárbaro assassinato na *Rua João Pessoa*, a vítima de nome Antônio Campos teria por sido morta por pancadas de um cano de ferro na região frontal. O corpo foi encontrado pela manhã em frente à residência de sua ex-esposa que declarou que vinha sendo ameaçada pela vítima. Após os interrogatórios assumiu a autoria o Sr. Salviano Ferreira que também era ameaçado por Antônio Campos (A REPÚBLICA, 09.05.1950: 6).

Até o momento ficou clara a imagem do bairro enquanto lugar central de serviços e interação. É importante frisar e deixar claro que não é nossa intenção elaborar a imagem de um local de celebração e de harmonia. A *Cidade Alta* acumulava o ônus de um bairro central em seus aspectos “positivos” e “problemáticos”. O bairro concentrava também ocorrências policiais, marginalidade e problemas de trânsito. Em uma notícia de 1951 encontramos uma ocorrência contra uma senhora que teve sua carteira furtada. O ocorrido deu-se nas proximidades do Mercado da *Cidade Alta* na *Avenida Rio Branco*. Após gritos da mulher que foi roubada, o ladrão correu em direção ao bairro da *Ribeira*. O texto relata ainda que esse tipo de roubo estava se tornando frequente na cidade em lojas e mercados, como também nas partidas dos trens (TRIBUNA DO NORTE, 13.09.1951: 2).

Dentro da lista de ocorrências policiais havia também ações de arrombamentos de residências, esses atos eram também noticiados pela imprensa local. Em um dos casos de arrombamento, o acusado de nome Severino Bernardo Filho, pernambucano apelidado de “Pinto” cometeu a ação em duas residências. A primeira na Rua Jundiá em Petrópolis de proprietário do Sr. João Gonçalves Passarinho, e a segunda na *Avenida Deodoro*, 638 na *Cidade Alta* do proprietário Sr. João Figueiredo de Souza (A REPÚBLICA 11.03.1950: 6).

A cidade do Natal nas décadas de 1950 e 1960 era uma cidade em desenvolvimento que apresentava seus problemas urbanos como os delitos e também a mendicância. De acordo com a coluna “Revista da cidade”, de autoria de R. C., a capital do Rio Grande do Norte estava ficando repleta de menores abandonados e “mal encaminhados, na mais desoladora vadiagem”. Pelos restaurantes, cafés e calçadas os mendigos são encontrados sujos, assanhados e esqueléticos. Esses meninos mendigos segundo a coluna seriam a parcela da população inútil à Pátria e à Família (TRIBUNA DO NORTE, 16.09.1951: 2).

O bairro também era espaço para outros problemas como os de trânsito. De acordo com Itamar de Souza, até meados dos anos 1950 os bondes ainda circulavam pelas vias da cidade, porém em 1946 a Prefeitura de Natal já havia regulamentado o tráfego de ônibus na cidade, todas as linhas iniciavam na interseção da *Avenida Rio Branco* com a João Pessoa. Em relação aos automóveis, os quais chegaram à cidade já no início do século XX. Após a década de 1920, o controle era feito pela Inspeção de Trânsito, vinculada a Delegacia Especial da Secretaria de Segurança. Apenas em 1959

no governo Dinarte Mariz foi instituído o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), com sede no Alecrim permanecendo no bairro até a década de 1980 (SOUZA, 2008: 72-76).

A intensificação do trânsito no bairro e a inserção de ônibus, um instrumento relativamente recente na cidade levava a problemas e reclamações. Na *Avenida Rio Branco* houve um atrito entre um inspetor de trânsito, Xisto Joaquim da Rocha, e, um motorista de ônibus, Geraldo Xavier de Paiva. Após a queixa de um passageiro contra o motorista ao inspetor, o motorista agrediu o inspetor verbalmente, o que culminou com sua prisão (A REPÚBLICA, 14.03.1950: 5).

A recente implantação de linhas de ônibus gerava protestos nos jornais como expressa o texto do jornalista R. C. em sua coluna “Revista da Cidade”, texto intitulado “Não nos tirem os bondes”. O texto relata a retirada dos últimos bondes da cidade, um veículo que vinha sendo excluído também de outras capitais por se tratar de um veículo lento, porém, pouco perigoso para a vida dos passageiros e transeuntes. O bonde era o veículo do pobre, do operário que vive do lar ao trabalho ou do burocrata que não tem pressa de chegar ao trabalho. A defesa dos bondes se estende a seus condutores que seriam menos indelicados que os dos ônibus. Os bondes remetiam a uma Natal “de quarenta anos passados. De uma Natal em que os seus habitantes ficavam à tardinha de pijama à calçada, sem preocupações outras que a felicidade dos filhos e a tranquilidade da esposa...” (TRIBUNA DO NORTE, 12.10.1951: 2).

O trânsito de Natal se intensificava levando a Inspetoria de Trânsito a instalar postes nos pontos mais importantes da cidade como no cruzamento da Ulisses Caldas com a *Avenida Rio Branco*. Nesses postes um “sentinela” vigiava o tráfego “nesse trecho da cidade que é, em certas horas, o mais movimentado da capital”. O texto relata ainda a incidência de acidentes e batidas na esquina da *Avenida Rio Branco* com a *Rua João Pessoa*, pois depois da meia-noite os motoristas dirigiam, muitas vezes, bêbados (TRIBUNA DO NORTE, 04.10.1951: 2).

Estabelecemos aqui um quadro do bairro da *Cidade Alta* em Natal, compreendemos que o bairro condensou os melhoramentos e investimentos da cidade, firmando-se como centro da capital. O bairro concentrava as casas comerciais, os clubes, cinemas, bares, cafés, confeitarias, sedes de associações, consultórios médicos, farmácias. Em decorrência de seu intenso movimento, o bairro também aglutinava os problemas relativos ao espaço urbano como as ocorrências policiais e de trânsito, bem

como a mendicância. O bairro pelas suas qualidades centrais e pela vivência de diferentes sujeitos está associado a uma nomenclatura simbólica: o *Grande Ponto*.

1.2. As passagens e paisagens do grande ponto

O Grande Ponto foi uma nomenclatura informal atribuída a uma zona do bairro da Cidade Alta, compreendia as principais artérias do bairro tais como a Avenida Rio Branco, a Rua João Pessoa, Rua Princesa Isabel, incluindo também a Avenida Deodoro da Fonseca no mesmo bairro, apesar de existirem ainda variações em relação a precisa delimitação do trecho. Pesquisando em jornais da década de 1950, podemos perceber que a denominação “*Grande Ponto*” está vastamente presente nos jornais.

Instalado em um ponto central da cidade, o café Grande Ponto adquiriu popularidade, podemos encontrar em jornais da década de 1930 menções ao local e ao seu proprietário Francisco das Chagas Andrade, quando no carnaval de 1936 cogitou-se sobre sua fantasia, se teria a forma de uma interrogação, sinal grafado na entrada do espaço (A REPÚBLICA, 19.02.1936: 8). Também encontramos no mesmo ano a produção de uma peça teatral intitulada O Maluco do Grande Ponto de autoria de Alberto Moura (A REPÚBLICA, 31.03.1936: 8). O aparecimento da nomenclatura em jornais sugere a relevância e construção simbólica de um local e um nome. Em 22 de março de 1936, em texto intitulado O Vendedor de Bonecas, Edgar Barbosa narra as imediações do Grande Ponto como sendo caracterizada por intenso movimento na época, onde se instalavam diferentes vendedores de doces e artefatos como bonecas de pano (A REPÚBLICA, 22.03.1936: 6).



Figura 03 – O estabelecimento *Grande Ponto* na década de 1940. Fotografia publicada na Revista Life pelo fotógrafo norte-americano Hart-Preston que registrou a construção da base militar em Natal durante o período da II Guerra Mundial. **Fonte:** (TRIBUNA, 15.03.2012). A fotografia apresenta o estabelecimento *Grande Ponto* e sua esquina movimentada para a época, local de parada dos bondes, de anúncios e que possuía um posto de controle de um guarda de trânsito.



Figura 04- A Rua João Pessoa e o estabelecimento *Grande Ponto*. Foto sem data do fotógrafo Jaeci, apresenta o *Grande Ponto* e a movimentação de automóveis e pedestres no trecho. **Fonte:** CD Natal 400 anos de História, turismo e emoção, 1999.

Em reportagem de Julho de 1959 no Jornal A República, tratando do crescimento urbano de Natal, matéria intitulada Natal: cidade que mais cresce no Brasil, o Grande Ponto é citado como “centro de maior movimentação de nossa cidade, que também sofreu o influxo de progresso que atingiu nossa capital” (A REPÚBLICA, 01.07.1959: 3). No mesmo ano ainda o nome “Grande Ponto” mobilizou uma campanha no mesmo Jornal para nomear uma praça construída por Djalma Maranhão, mobilização no jornal que contou com a participação de intelectuais como Veríssimo de Melo e Newton Navarro. Essa campanha e a sugestão da nomenclatura “Grande Ponto” para uma Praça se relaciona ao significado atribuído ao nome. A justificativa de Veríssimo de Melo em 08 de março de 1959 para dar o nome a Praça de Grande Ponto foi “conservar a denominação que o povo consagrou em relação àquele local” (A REPÚBLICA, 08.03.1959: 4). Veríssimo, jornalista e folclorista, em coluna que assinava no jornal A República, no mesmo ano publicou ainda sobre o assunto em 12 de março de 1950 que o “historiador da cidade” Luís da Câmara Cascudo havia concordado com o nome de “Praça Grande Ponto”, à praça construída ao lado do Natal Clube por Djalma Maranhão. (A REPÚBLICA, 12.03.1959: 4). A sugestão de Veríssimo de Melo agradou intelectuais como Newton Navarro que escreveu ao mesmo jornal em 18 de março de 1959 elogiando a sugestão do nome “*Grande Ponto*”, e aproveitando para lembrar o café de mesmo nome que era frequentado por políticos e intelectuais e que mesmo fechado e após o crescimento da cidade ainda era lembrado pela nomenclatura atribuída a uma região. O autor ainda pede a implantação do nome aos vereadores e ao então prefeito (A REPÚBLICA, 18.03.1959: 3). Apesar da campanha, não temos notícia de uma Praça em Natal com esse nome, porém mesmo parecendo não ter êxito, a campanha envolvendo intelectuais, reivindicando a nomenclatura “*Grande Ponto*” possibilita reflexões. O “*Grande Ponto*” não se refere a todo bairro da Cidade Alta, não seria um bairro, nem tão pouco uma rua, ou mesmo um único ponto em Natal. O “*Grande Ponto*” compreendia uma zona, um trecho, que foi sendo delimitado por discursos e práticas.

Em uma iniciativa do Laboratório de Criatividade na década de 1980, grupo vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e que tinha o objetivo de promover oficinas acerca de literatura e publicar esses textos, surgiu o livro Grande Ponto em 1981, como uma homenagem a esse recorte espacial. Coube a Câmara Cascudo a tarefa inicial de explicar o que foi o “Grande Ponto”, preocupa-se em informar o leitor quanto aos primórdios, quanto ao início do “Grande Ponto”. Apesar de informar que o estabelecimento comercial que deu nome ao espaço não era frequentado por seu grupo, afirmou a importância de um espaço que marcou seu nome na memória e na história da cidade. O “Grande Ponto” é para Cascudo “a situação geográfica mais importante da cidade [...] é inesquecível para toda a população”. Mas a nomenclatura designou primeiramente um café ou mercearia que tinha duas portas abertas para a Avenida Rio Branco, e três para a Pedro Soares, que passou a chamar-se João Pessoa, era um estabelecimento comercial de propriedade do português Custódio de Almeida. “Grande Ponto foi denominação daquela esquina e aquela esquina se tornou imóvel e catalisadora nas memórias”. Informando que esse espaço era frequentado por políticos e intelectuais, Cascudo também cita o episódio do nome da praça que se chamaria “Grande Ponto”. Enquanto os comunistas tentaram atribuir o nome de Praça vermelha e Djalma Maranhão chamou de Praça da Imprensa, “o povo defendeu sua preferência, que era Grande Ponto” (CASCUDO, 1981:9-11).

Pelo depoimento de Cascudo percebemos que a denominação “Grande Ponto” é um termo informal, um termo que foi atribuído pelo povo, de acordo com o autor, mas que é marcado na memória de diferentes sujeitos e na memória da cidade. Definindo o que seria precisamente a zona denominada “Grande Ponto”, o depoimento do jornalista, e professor do Departamento de Comunicação Social da UFRN, Joaniilo de Paula Rêgo, apresenta uma delimitação precisa. Para o autor o “Grande Ponto” era delimitado ao Sul pela Nova Catedral, ao Norte pela Praça Padre João Maria, ao Leste pelo Café São Luiz, e a Oeste pelo já fechado Cinema Rex. Seria para o autor “um território profano de uma legenda sagrada, onde há várias décadas, gerações sucessivas elegeram aquele chão para pouso e escala de suas idas e vindas cotidianas ao trabalho e ao lazer”. O “Grande Ponto” seria um “H”, o cruzamento da Avenida Rio Branco, com a Rua João Pessoa e a Avenida Princesa Isabel (RÊGO, 1981: 14-19). Percebemos que existe uma íntima ligação do “Grande Ponto” com a memória, o “Grande Ponto” é um espaço vivido na

cidade, recortado pelas práticas do lembrar. É um espaço que ganha relevo na paisagem da cidade.

A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas (RICOEUR, 2007: 159).

Além das delimitações, alguns textos tentam estabelecer uma origem para o espaço, de acordo com Itamar de Souza, Grande Ponto foi nome de um café que se manteve aberto das décadas de 1920 a 1950, estava localizado na esquina da Rua João Pessoa com a Avenida Rio Branco. Com o fechamento do espaço o nome estendeu-se para uma zona (SOUZA, 2008: 180-181). Souza explica as origens da nomenclatura tendo também como referência o texto de Luis da Câmara Cascudo. Para o autor, a nomenclatura designou primeiramente um café ou mercearia que tinha duas portas abertas para a Avenida Rio Branco, e três para a Pedro Soares, que passou a chamar-se João Pessoa. “Grande Ponto foi denominação daquela esquina e aquela esquina se tornou imóvel e catalisadora nas memórias”. (CASCUDO, 1981:9-11).

Inúmeros são os textos que trabalham com o espaço do “*Grande Ponto*”, as narrativas memorialísticas, destaca-se o livro *Cantões, Cocadas Grande Ponto Djalma Maranhão* organizado por Eduardo Alexandre e publicado em 2002, trazendo diversos textos memorialistas acerca do “*Grande Ponto*”, elaborando uma Antologia, enfatizando principalmente a década de 1950 no governo de Djalma Maranhão em que o espaço foi ponto de Campanhas Políticas e foi palco para as diferentes apresentações folclóricas patrocinadas pelo então prefeito (ALEXANDRE, 2002).

Essas iniciativas demonstram o significado que exerce o “*Grande Ponto*” para seus antigos frequentadores que se preocuparam em dar forma a esse espaço por suas narrativas. A memória em sua fase declarativa marca não apenas o tempo, mas também o espaço. Quando se afirma “*eu estava lá*”, por exemplo, o “*lá*” trabalha com o espaço

enquanto o “*estava*” designa o tempo. Lembranças de ter morado em tal local, de ter vivenciado determinado espaço, tecem uma memória íntima e uma compartilhada entre os próximos. Mas é pelo corpo, pela interação do corpo com o espaço que o sujeito percebe o espaço como espaço habitado. Para Ricoeur, é o corpo o ponto de referência do próximo e do distante, do aqui e do acolá, seria pelo movimento do corpo que se produz o ato de habitar. Mas entre o espaço habitado se intercala o espaço geométrico que não compreende locais privilegiados. Porém o espaço habitado não se reduz ao espaço geométrico, pois a qualificação como lugar de vida se superpõe e se entremeia as propriedades geométricas do espaço (RICOEUR, 2007: 156-159).

CAPÍTULO 2: O “GRANDE PONTO” EM TRANSFORMAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1870 E 1980.

Vislumbramos aqui o Grande Ponto como zona de fluxo de serviços e interação. Nas primeiras décadas do século XX até a década de 1960 o bairro da Cidade Alta foi se constituindo como núcleo na cidade, principalmente após a década de 1940, com a participação de Natal durante a II Guerra Mundial. De acordo com muitos textos esse momento se caracteriza como marco importante do crescimento da cidade⁶.

Na transição da década de 1940 para a década de 1950 a cidade teve seus índices populacionais alavancados. Em 1940 Natal possuía 54.836 habitantes, de acordo com o censo, passando para 103.215 habitantes em 1950 (LIMA, 1992: XI – XVI). Tentando elaborar um panorama das mudanças na cidade do Natal, Itamar de Souza em seu livro Nova História de Natal nos informa que na conjectura espacial da cidade do Natal das décadas de 1950 e 1960, ganhou destaque o bairro da Cidade Alta e suas artérias. Para Souza até a II Guerra Mundial o bairro da Cidade Alta era predominantemente residencial, com o final do conflito, o bairro passou a receber boa parte do comércio da Ribeira. As famílias que residiam na Avenida Rio Branco e nas ruas e avenidas vizinhas mudaram-se para os bairros de Tirol, Petrópolis ou Alecrim. A Cidade Alta em suas principais artérias passou a aglutinar os clubes, os bares e cafés, cinemas, as casas bancárias, os consultórios médicos, as associações, as sedes dos partidos políticos e os sindicatos, também as exposições artísticas e os eventos religiosos. Era também no bairro que irradiavam as linhas de bondes e posteriormente as linhas de ônibus (SOUZA, 2008: 174-490).

Quem transita pelo bairro da Cidade Alta pode observar em suas calçadas a venda informal de diferentes mercadorias como óculos, cd's, bonés, redes, além dos carros que vendem água, sorvete, batata-frita, churros, castanha e pipoca. Apesar da aparente liberação desse comércio informal, desde a década de 1970, essas práticas têm

⁶ Durante a eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), a cidade do Natal serviu como espaço para a instalação de base aérea americana. A escolha da cidade deu-se por sua localização geográfica, por ser ponto estratégico no Atlântico Sul. O interesse pela cidade levou o governo dos Estados Unidos a aproximar-se do Presidente brasileiro Getúlio Vargas, essa política visava o apoio dos países americanos aos EUA. Em 1942 foi inaugurado o Campo de Pouso de Parnamirim denominado Parnamirim Field, considerado a maior realização técnica dos EUA fora do seu território. Na década de 1940, cerca de 2.000 americanos se alojaram em Natal entre homens, mulheres e especialistas técnicos. A presença dos americanos trouxe para a cidade investimentos e novos hábitos (MARIZ; SUASSUNA, 2001: 48-65)

passado por intervenções de controle da Prefeitura e tentativas de sua organização. No início de março de 2013 a Prefeitura por meio de órgãos como a SEMSUR (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos) vem realizando um mutirão de cadastramento dos comerciantes informais que estão presentes no bairro (JORNAL DE HOJE, 02.03.2013). Esse mutirão tem o objetivo de reorganizar o comércio do bairro, iniciativa reforçada pela proximidade da COPA de 2014, quando Natal sediará alguns jogos.

O incomodo com o comércio informal do bairro também pode ser percebido por textos jornalísticos. Em matéria do Diário de Natal de 1977 podemos encontrar a solicitação de um espaço para a instalação dos comerciantes informais que vivem se escondendo dos fiscais da Prefeitura que derrubam as mercadorias e as apreendem (DIÁRIO DE NATAL, 09.12.1977: 14).

Em matéria da Tribuna do Norte de 1985 intitulada Uma feira, vende de tudo no Centro da cidade, o texto sem autoria informa que o centro encontra-se debilitado, pois o Grande Ponto “outrora ponto de encontro de uma elite potiguar, encontra-se atualmente transformado num verdadeiro super-mercado ambulante”. O texto diz que essa transformação é clara para quem passa pelo espaço e observa uma profusão de mercadorias sendo vendidas nas calçadas do bairro. Os comerciantes ambulantes venderiam de tudo, de comida a vestuário. (TRIBUNA DO NORTE, 19.05.1985: 1). O texto do Diário de Natal de 1985, assim como o anterior de outro grupo jornalístico, compara o Centro da cidade a um “mercado persa” em que se vende de tudo em termos de “quinquilharias” vendidas por ambulantes e por lojistas que insistem em posicionar seus produtos nas calçadas. Esses elementos atrapalhavam o trânsito de pedestres, além de tornarem o bairro um local de caos e sujeira (DIÁRIO DE NATAL, 30.10.1985: 7).

A insatisfação com a presença dos “camelôs” era também partilhada por parcela de lojistas. Em 1985, o projeto de construção de um calçadão na Rua João Pessoa pelo prefeito Marcos Formiga mobilizou parcela da população e lojistas contra a construção, essa mobilização é percebida por relatos dos mesmos em diversas matérias em jornais na década de 1980. Esses grupos temiam a invasão do bairro pelo comércio informal, exemplo do que já acontecia no bairro do Alecrim.

Os defensores do calçadão ligados a órgãos como o Presidente da Federação dos Diretores Lojistas, Zildamir Soares de Maria, contrariando o que se acreditava, apresentou posição dos lojistas em apoio ao calçadão. Para Zildamir com o calçadão o bairro se tornaria um “shopping de grandes proporções”, evitando o “êxodo do cliente

do centro da cidade (O POTI, 20.01.1985: 4). A comparação do calçadão com um shopping também ocorreu com as declarações do superintendente da Sumov (Superintendência Municipal de Obras e Viação), João Augusto da Cunha Melo, que informou que o calçadão seria um “shopping-center no meio da rua” (DIÁRIO DE NATAL, 05.01.1985: 4).

A utilização do termo shopping aparece em um momento em que a cidade cresceu e ganhou outros espaços de compra e interação, espaços como o Shopping Cidade Jardim. Esses shoppings eram climatizados e possuíam vagas de estacionamento. É desta forma que podemos perceber a publicidade do Shopping Cidade Jardim na Avenida Engenheiro Roberto Freire, inaugurado em 1984. “Cidade Jardim, o ponto nobre da zona sul de Natal, entrada das mais belas praias e paisagens potiguares” (O POTI, 09.10.1983: 5). A construção do Shopping Cidade Jardim em Ponta Negra e sua publicidade refletem o interesse em outras zonas e em outras atividades comerciais da cidade, recorrendo as atividades do turismo em desenvolvimento na época. Além do Cidade Jardim existiam o shopping CCAB-SUL (Centro Comercial Aluísio Bezerra) na confluência da Avenida Roberto Freire com a Odilon Gomes de Lima, inaugurado em 1983, o primeiro da cidade. Em 1991 foi inaugurado o Natal Shopping Center que começou suas atividades com 80 estabelecimentos. Em 1994 Natal ganhou o Shopping Via Direta na BR - 101, na época o primeiro a comercializar produtos diretamente das indústrias (SOUZA, 2008: 641-695). Para o autor “com a chegada da televisão nos anos 60 e o surgimento de outros pontos de atração na cidade, o ‘Grande Ponto’ ficou sendo apenas uma referência de um passado que não volta mais” (SOUZA, 2008: 180).

Em seu texto, Marcos Aurélio de Sá, na época diretor e editor da revista RN/Econômico, nos informa que até o início da década de 1960, Natal era uma cidade que não pertencia às rotas comerciais tradicionais da região Nordeste. Após essa década, com o incentivo à industrialização nordestina feita pelo Governo Federal através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), as pequenas e médias indústrias passaram a se multiplicar em Natal. Com o aumento da oferta de emprego e a emigração do interior para a capital, cresceram diferentes conjuntos de casas populares conduzindo as fronteiras de Natal até os limites dos municípios vizinhos. Cresceram diferentes setores como o têxtil, construção civil, alimentício e serviços, acelerando o ritmo da vida econômica natalense (SÁ, 1979: 27-29).

Nas décadas de 1970 e 1980 a cidade assistiu ao crescimento de conjuntos habitacionais construídos por iniciativas de empresas como COHAB (Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte) E INOCOOP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais). Essas empresas passaram a existir quando o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) elaborou o II Plano Nacional de Desenvolvimento e investiu milhões na habitação. Nesse período foram intensificados os investimentos ao Banco Nacional de Habitação. Entre esses bairros estão Neópolis, construído sob orientação da INOCOOP em 1970, o Conjunto Jiqui pela COHAB e inaugurado em 1976, o Conjunto Pirangi por iniciativa da COHAB e inaugurado em 1978, o Bairro de Candelária construído pela INOCOOP e inaugurado em 1976, o Bairro Pitimbu e conjunto Cidade Satélite pela INOCOOP, bairro concluído em 1983. Entre os novos bairros destacam-se os que surgiram na Zona Norte como o Nossa Senhora da Apresentação, Igapó, Salinas, Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha. Foram construídos pela COHAB-RN e outras construtoras, 44 conjuntos habitacionais. Em 1983 foi concluído o conjunto Santarém, antes disso o Panorama I e II de 1977. Em 1978, o Panatis I e II e o Soledade I. Em 1981 foi inaugurado o Soledade II (SOUZA, 2008: 675-791).

Além do comércio informal, e o crescimento para outras zonas da cidade, o Grande Ponto estaria em situação de abandono. Em texto de janeiro de 1985 podemos perceber uma denúncia e indignação em relação ao abandono das praças. O texto destaca a Praça Presidente Kennedy localizada entre a Rua João Pessoa e a Avenida Rio Branco e que se encontrava em abandono. A praça que servia como ponto de encontro para intelectuais estava em estado crítico. “Até a ‘intelectualidade’, que na década de 70 armava a tenda todas as noites na praça Kennedy para discutir os últimos lançamentos literários, desapareceu” (DIÁRIO DE NATAL, 03.01.1985: 4). Os jornais também citam a presença de “hippies” artesãos que vieram de outros estados e que após denúncias sobre a utilização e venda de substâncias ilícitas teriam sumido da Avenida Rio Branco, indicando o bairro como local de marginalidade de acordo com os jornais (TRIBUNA DO NORTE, 06.03.1983: 1).

O crescimento da cidade nas décadas de 1970 e 1980 significou além da invasão da Cidade Alta pelo comércio informal, a fragmentação do centro, possibilitando outros núcleos de serviços e lazer dentro da cidade. Esse momento se

caracterizou também por uma descentralização do Grande Ponto, que teve sua configuração modificada e adquiriu outros significados.

CAPÍTULO 3: O “GRANDE PONTO” DE RAIMUNDO NUNES

Nunes pertencia a Sociedade de Escritores Médicos do Brasil, vinculado a seção de São Paulo e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. De acordo com o autor, não escrevia ficção, mas seus livros dedicavam-se a narrar lembranças, tinham cunho memorialístico. Nunes é autor de nove livros que enfocam acontecimentos vivenciados no Rio Grande do Norte. Natural de Pau dos Ferros, partiu de Mossoró em 1935 chegando a Natal de passagem rumo a Recife onde cursou o vestibular de medicina em 1936. Retornou a Natal por curta estadia em 1937, retornando no início da década de 1950, após ter atuado como médico durante oito anos em Mossoró, quando em 1952 montou consultório na Avenida Rio Branco em Natal. Partiu de Natal em 1958, passando 25 anos fora, retornando a Natal para dois meses de férias em 1982, período de inspiração para a escrita de *Sociologia do Grande Ponto*, publicado em 1985 em João Pessoa - Paraíba, pela União Cia Editora. O livro de Raimundo Nunes dividido em 23 partes dá enfoque na delimitação espacial denominada “Grande Ponto”.

Preocupado em conferir ao que narra legitimidade, Raimundo Nunes ratifica que não possui atividade criativa para escrever ficção, ou seja, o leitor deve esperar de sua narrativa uma verdade, e não uma invenção, uma imaginação. O autor parece querer referir-se a uma realidade, a algo que aconteceu, no entanto só representa. E essa representação é que elabora o passado, também com imaginação. “Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação” (SAID, 1990: 33).

Os fatos abrangentes do meu trabalho são reais, autênticos, obedecendo uma fidelidade, que não ultrapassa as fronteiras dos mesmos. Acontecimentos, fatos, episódios, envolvendo pessoas, passagens, estórias, afloram à memória e procuro transferi-los ao papel apenas acrescentando, às vezes, alguns retoques coloridos, sem violentar a nitidez dos traços originais (NUNES, 1985: 155).

A narrativa de Raimundo Nunes está permeada por uma tentativa de conceituar o “Grande Ponto”, as descrições dos acontecimentos e práticas no espaço desejam construir uma imagem em que o leitor das lembranças pode ver o espaço. Esclarecendo que o que narra é autêntico, Raimundo Nunes reafirma sua posição de testemunha. O

pronunciamento do “eu estava lá” em uma narrativa de memória, quer atestar uma realidade da coisa passada, e a presença do narrador nos locais da ocorrência. O testemunho atesta que o leitor o dê crédito e acredite nele. Essa autenticação só é completa quando o receptor do testemunho o aceita em sua autenticidade (RICOEUR, 2007: 172-173).

Para o autor que esteve em Natal durante dois meses de férias, o “Grande Ponto” é espaço de interação, onde ocorre “reciprocidade de fluidos positivos na permuta emocional de cada encontro [...] enquanto os possíveis e naturais dissentimentos se neutralizam de forma civilizada, sem atingir a ambiência de relacionamento, sem necessidade de comportamentos agressivos” (NUNES, 1985: 23). O “Grande Ponto” emerge como um espaço de dissolução das diferenças sociais e dos conflitos. Narra que no “Grande Ponto” existiam personagens pobres, pois não cabia no espaço a discriminação, citando a presença de uma mendiga, Maria Mula Manca que se estabeleceu no “Grande Ponto” e a presença também de ex-governadores, um espaço de mistura de políticos e mendigos. Para o autor o “Grande Ponto” seria local de dissolução de classes, é muito freqüentado pela classe média inclusive:

Daí sua importância no consenso informativo e até decisório das opiniões comunitárias. Território livre democrático, lá se discutem todos os assuntos da informática coletiva, recanalizados nos veículos da comunicação verbal. Foro de debates, discussões e tendências, agasalha a convivência pacífica de homens vivenciados nas alternativas do cotidiano, trocando idéias e sacando conclusões na violência do processo histórico moderno, reconstruído na vertiginosa sucessão dos acontecimentos (NUNES, 1985: 25).

Apesar dessa imagem que quer elaborar do espaço, destaca-se no livro a quebra de uma visão de comemoração do “Grande Ponto” para uma narrativa densa que fala de mortos não como encantamento, mas de mortes ocorridas no “Grande Ponto” ou nas proximidades. Quebrando uma imagem de dissolução de conflitos e de alegria, o autor citou episódios sangrentos, um desses episódios que teria traumatizado os frequentadores habituais foi em 1952 quando o autor transferiu suas atividades para Natal após 8 anos trabalhando em Mossoró, o crime ocorreu na Rua João Pessoa esquina com a Princesa Isabel onde funcionava uma padaria e o proprietário ao desentender-se com um empregado, por motivo fútil, o assassinou com tiros de revólver à queima roupa. Outro crime na Avenida Rio Branco foi motivado pela vingança dos filhos de um assassinado, matando o assassino do pai. O autor também cita o atentado

ao político Lauro Maia, em 1954, na época prefeito de Patu e pai do ex-governador Lavoisier Maia, que teve seu mandato concluído em 1983.

Porém para o autor o “Grande Ponto” é ainda espaço de significado. “Nas reminiscências do Grande Ponto, podemos revisar uma verdadeira gama de variações estóricas, carnavalescas, folclóricas, futebolísticas, literárias, de arruaças, de embriaguez e de tudo mais que possa informar os hábitos, costumes, vivências de uma época” (NUNES, 1985: 103-104). O autor informa mais uma vez sua despreensão de fazer uma autobiografia, mas explica que o “Grande Ponto, torna-se o centro geográfico, o epicentro dos episódios e ocorrências, que marcaram sua existência como pólo positivo de quase todas as gravitações sociais, políticas, econômicas e sociológicas, respaldando nosso ordenamento comunitário informal” (NUNES, 1985: 109). Raimundo Nunes narrou que montou seu consultório médico na Avenida Rio Branco próximo ao “Grande Ponto” no início da década de 1950. Era também período que o “Grande Ponto” era frequentado pelos “monstros sagrados” de acordo com o autor, que seriam homens “de melhor posicionamento, nas letras, na iniciativa privada, na política, nas profissões liberais, na magistratura e demais atividades atuantes” (NUNES, 1985: 135). O autor atribui essas relações a Natal ser uma cidade ainda provinciana, e ao “Grande Ponto” onde se encontrava as pessoas mais importantes tal como Luis da Câmara Cascudo.

O autor cita uma lista de nomes de amigos que reencontrou no “Grande Ponto”, talvez para não esquecer um ou outro, mas também para evidenciar os ofícios dos mesmos. Cita escritores, jornalistas, e profissionais ligados a política. Enfatizando o espaço como ponto de interação, de troca e como uma espécie de centro de notícia e troca de conhecimento. Diz ainda que prosseguirá recriando as emoções “que se desdobram e enriquecem o patrimônio sentimental, a cada recordação grata daquele universo diferenciado” (NUNES, 1985: 24).

Expressando um conhecimento e uma consciência patrimonial, o autor diz que se trata de um “patrimônio sentimental”, um patrimônio latente e sentido por ele, um patrimônio pessoal, mas que a cada palavra, é também um patrimônio coletivo, quando diz que o “Grande Ponto” é a alma da cidade, e que é frequentado por muitos, é um bem.

Essa idéia de “patrimônio sentimental” trabalhada por Nunes e sua preocupação em narrar o “Grande Ponto”, não se restringe apenas a publicação de seu livro, é interessante vincular a publicação de um livro como o de Raimundo Nunes, publicado

em 1985 a uma série de iniciativas, a publicação de outros textos, como o já citado livro, Grande Ponto, homenagem e iniciativa do laboratório de criatividade, publicado em 1981, bem como a outro livro, que aborda também a região do “Grande Ponto”, mas detendo-se na imagem do Café São Luiz, o livro Na calçada do Café São Luiz, publicado em 1982, iniciativa de um jornalista, José Luiz Silva, também preocupado com questões relativas à cultura popular. Além desses livros, foi também publicado em 1984 o livro Cartas de um Exilado, reunido memórias do ex-prefeito Djalma Maranhão, abordando também acontecimentos e vivências no “Grande Ponto”, espaço em que Djalma Maranhão realizou passeatas políticas e apresentações folclóricas. Nos trechos de um poema Djalma Maranhão - “O Grande Ponto dos dias de hoje/ Convergência de todos os encontros/ E foco de todos os boatos” (MARANHÃO, 1984: 62). Este poema foi escrito no período de exílio fora do Brasil no Uruguai. Conhecido como um incentivador da cultura popular, ligado também as idéias socialistas, Djalma Maranhão ficou conhecido pelo incentivo ao folclore, por organizar com Cascudo, Congressos de Folclore na década de 1950, Djalma Maranhão foi professor de educação física e político possuidor de grande popularidade. Administrou Natal por duas vezes, na primeira de 01 de fevereiro de 1956 até 20 de julho de 1959, nomeado pelo governador Dinarte Mariz. O seu segundo mandato foi de 05 de novembro de 1960 a 02 de abril de 1964 quando foi deposto pelo movimento militar (SOUZA, 2008: 98-182).

São textos que publicados na mesma década, lançam um olhar de memória acerca de uma determinada região da cidade, a região do “Grande Ponto” e que ressaltam esse recorte espacial. Pensar na publicação desses textos de memória, e ligados a um determinado espaço, é pensar na década de 1980 e nos discursos de memória e também de patrimônio que circulavam na época. Sabemos que em um contexto nacional, na década de 1980, diferentes iniciativas contribuíram para o texto da Constituição de 1988, contribuindo para considerar a memória e identidade de diferentes grupos da nação brasileira, essas iniciativas também possuem relação com o final da Ditadura Militar no Brasil, contribuindo para uma consciência mais democrática. Assim, na década de 1980 no Brasil, como nos informou Maria de Laura Viveiros Cavalcanti uma série de iniciativas ligadas ao aspecto cultural tais como em 1985 o tombamento pelo IPHAN da Serra da Barriga em Alagoas onde se localizavam os quilombos de Zumbi, e em 1986 o tombamento do Terreiro da Casa Branca na Bahia, um dos mais importantes e antigos centros de Candomblé da Bahia, ações que

sedimentaram o terreno para textos como o da Constituição de 1988. No Brasil o IPHAN e o Ministério da Cultura optaram pela nomenclatura Patrimônio Cultural Imaterial, fundamentando-se no art. 216 da Constituição Federal de 1988 (CASTRO; FONSECA, 2008).

Mas a motivação que levou a Nunes a escrever e a publicar o livro parece ser o desejo de querer dar a ler e a ver um modo de vida e de interação que o esquecimento ameaça, pelo crescimento da cidade. “A força do conservantismo sentimental felizmente ainda prevalece sobre o egoísmo isolacionista que promove o declínio das relações humanas, em marcha acelerada para o declínio da própria civilização” (NUNES, 1985: 26). Essa preocupação torna-se também evidente quando Nunes narra uma ocasião em que um amigo seu o conduziu da Ribeira para a Cidade Alta e quando foi solicitado ao amigo que o deixasse no “Grande Ponto”, o amigo que morava em Natal há três anos confessou que jamais ouvira falar no “Grande Ponto”. “Qual não foi minha perplexidade, quando o rapaz confessa que jamais ouvira falar no Grande Ponto! Não é o declínio daquele pólo da tradicional convergência da Capital. É o fenômeno de explosão demográfica, concentrando novos núcleos de sua dinâmica social” (NUNES, 1985: 27). O autor lamenta os assaltos residenciais e de rua que tomam conta de Natal, uma cidade em crescimento. Essa característica interrompe e afeta a frequência noturna do “Grande Ponto”, que não possui mais esse turno de frequência, mas ainda mantém os turnos diários.

A década de 1980 marca uma preocupação com as questões relativas ao patrimônio, é permeada por uma ameaça do esquecimento, abordada por Pierre Nora, em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Para Nora, com a aceleração do tempo e da história, a ameaça do esquecimento, o encurtamento das distâncias e das informações ocasionadas pelo fenômeno em que o mundo tem passado “pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização.”, passa a existir uma preocupação em criar arquivos, em registrar, formar “lugares de memória”, espaços que nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, quando o que se pensa que atualmente é memória é já história, tornando o gesto, a fala, os fazeres em registro. Com uma preocupação cada vez mais presente com o esquecimento, percebido antes pelos colecionadores, eruditos e beneditinos que se consagravam a uma acumulação documentária, e hoje com o sentimento de que devemos registrar a memória tradicional que desaparece,

preocupação sentida também pelos pequenos atores da história que vêm-se impulsionados a escrever suas memórias (NORA, 1993: 7-16). Para Ricoeur, a coleção de artigos *Lieux de Mémoire*, publicada em 1984, promoveria um elogio do Patrimônio, sendo o ano de 1980 o ano do Patrimônio, é um texto perpassado pela idéia de dever de memória (RICOEUR, 2007: 412-421).

Essa ameaça ao esquecimento, esse dever de memória pode também ser percebida na narrativa de Raimundo Nunes, deixando claro que não se trata de uma autobiografia, o foco não é apenas a sua vida, mas sua narrativa é uma iniciativa de registro de uma zona que está caindo no esquecimento ou na falta de conhecimento pela população de uma Natal em acelerado crescimento, de uma cidade que se torna turística pela oferta de suas belezas naturais. O autor informa que não é seu objetivo construir uma autobiografia, apesar disso narra acontecimentos da sua vida, conciliando com o “Grande Ponto”. Dentre esses acontecimentos, narra, por exemplo, a participação no concurso do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários, passou no concurso, mas teve que afastar-se do “Grande Ponto” para estudar em 1953. O resultado da aprovação foi comemorado no “Grande Ponto”. Narra a si e ao espaço como dois sujeitos da narrativa, ele e o “Grande Ponto” que posteriormente se encontraram quando retornou de férias a Natal, seria não apenas local para rever os amigos, mas seria um velho amigo.

Menciona o tour feito em 1982 com um casal de Aracaju pela cidade pelos pontos turísticos, pelo cajueiro de Pirangi, o Forte dos Reis Magos, o Centro de artesanato que antes era a Cadeia pública e cita que posteriormente apresentou ao casal o centro convencional da cidade e sua “conotação humana”, o que deixou o casal admirado como em quanto tempo que Nunes não aparecia por ali, era tão requisitado pelos velhos amigos de outras datas. (NUNES, 1985:28). Se as cidades têm alma, Natal teria uma alma vibrante, o “Grande Ponto” “deve ser o núcleo desta irradiação espiritual, porque concentra, assimila e redistribui os impulsos de episódios, acontecimentos e notícias agilizados nos circuitos de comunicação oral” (NUNES, 1985:28-29).

Em capítulo intitulado O Grande Ponto no pico Guerra, o autor retorna a Natal em 1943 após a conclusão do curso médico, informando que encontrou Natal quase irreconhecível pelas mudanças em sua fisionomia, após participar como base aliada na Segunda Guerra Mundial. O que trouxe estranhas influências ao seu comportamento de

cidade tranqüila. E informou que o “Grande Ponto” “não tendo nascido com a guerra, ampliou os limites de sua geografia humana. Muitos foram os episódios registrados no seu território, de qualquer forma, vinculados ao conflito universal.” (NUNES, 1985: 52).

Para Raimundo Nunes Natal era uma antes e depois da guerra. Apesar de admitirmos os progressos e as mudanças ocorridas na cidade do Natal neste período, há nas recordações de muitos norte-rio-grandenses de acordo com Flávia de Sá Pedreira uma concepção de Natal como uma cidade atrasada e provinciana antes da chegada dos americanos, no entanto, as memórias podem lembrar que vivenciaram mudanças anteriores a esse período, já nas primeiras décadas do século XX, pois Natal já era um espaço que sofria intervenções vinculadas à modernidade como projeto de saneamento, bondes, ruas calçadas, pousos de aviões, firmas comerciais, maior utilização do porto para escoar a produção algodoeira e abertura de serviços como cafés, casas bancárias, cabarés e pontos de jogos, apesar disso as mudanças sociais e geográficas trazidas com a Segunda Guerra são confundidas com uma ausência total de medidas de modernização (PEDREIRA, 2005: 25-43).

Porém, em suas lembranças Nunes não percebe a modernidade da cidade apenas vinculada a Segunda Guerra, o autor comenta que quando conheceu Natal em 1935 essa modernidade já podia ser observada. Comentando que na década de 1930 o caminho do bonde se bifurcava para o Tirol ou para o Alecrim, mas dá um enfoque na Segunda Guerra. A Guerra como acontecimento de notoriedade, e de repercussão mundial, trazendo profundas modificações na cidade pode surgir na memória como marco, marcou a memória, causando uma sobreposição das lembranças narradas. Podemos associar também esse destaque dado por Nunes ao acontecimento, ao fato de ter tido repercussão mundial, conferindo importância ao sujeito por ter vivenciado o período, tornando-o acontecimento de relevo na memória. O autor também se preocupa em vincular o espaço narrado a momentos importantes da história da cidade, ao marco da história da cidade que foi a Segunda Guerra, e aos aspectos que seguiram a esse período como os apagões, “black-out” e ao carnaval festejado mesmo em tempos de Guerra.

Acerca dos “black-out”, as orientações para os exercícios dos mesmos, de acordo com Pedreira, seguiam as orientações adotadas pelo Office of Civilian Defense nos Estados Unidos e divulgados no Handbook of Civilian Defense, publicadas no Rio

Grande do Norte. Uma das principais orientações era permanecer em casa durante os apagões (PEDREIRA, 2005:156). No entanto, as narrativas de Raimundo Nunes narram a burla e a essas orientações, aspecto que confere força ao movimento no “Grande Ponto”, que continuaria a ocorrer mesmo no escuro e com a tensão da Guerra. Escrevendo acerca de momentos de movimento no “Grande Ponto”, mesmo com os apagões e com as recomendações, Nunes diz que os apagões não comprometeram o direito dos frequentadores, apesar das ruas escuras os encontros, as conversas e a frequência continuavam ocorrendo, “como se nada fosse capaz de alterar os roteiros vivenciais. Em certa noite, sem lua, sem estrelas, sem luz elétrica, os diversos grupos mantinham debates costumeiros” (NUNES, 1985:54).

Durante a Guerra o autor citou a proliferação de bordéis como Maria Boa, as mudanças sociais, a presença de americanos e o Carnaval. Para o autor mesmo com a Guerra o carnaval seguiu com seu curso, e tinha o “Grande Ponto” como seu cenário de maior vibração. Acerca do carnaval, o “Grande Ponto” serviu de espaço para os desfiles carnavalescos, quando em 1936 por ordem da Prefeitura, os desfiles foram transferidos da Ribeira por motivo de um tiroteio ocorrido na Avenida Tavares de Lyra, local onde era comemorado, transferindo-se para a Avenida Rio Branco na Cidade Alta, com a justificativa de ser um ponto mais espaçoso, central e movimentado da cidade, o que de acordo com Pedreira significou maior controle da população pobre da cidade. Durante a guerra mesmo com o racionamento de combustíveis os desfiles com carros carnavalescos, os cursos continuaram a ocorrer, sendo prática de apreciação pelos americanos (PEDREIRA, 2005: 93-114). “O carnaval tem por lá, seu trânsito obrigatório, nos blocos, cordões e aficionados em faixa própria. Os festejos juninos assumem vibração especial, nos rojões, foguetes e busca-pés, às vezes até infernizando a paciência do transeunte” (NUNES, 1985: 83)

O autor também citou acontecimentos vinculados ao carnaval no “Grande Ponto” durante o período de guerra, pois o carnaval “como instituição nacional intocável, seguiria seu curso normal, ou melhor, ainda mais quente” (NUNES, 1985:52). Sugerindo uma boa convivência entre natalenses e norte-americanos, o autor conta ainda sobre um americano que divertiu-se com a folia, e que na quarta-feira de cinzas quando a festa já havia se acalmado, retornou ao “Grande Ponto” e decepcionou-se com o término da festa, pedindo aos berros na esquina do “Grande Ponto” a música Sicília, uma marchinha carnavalesca. Flávia de Sá Pedreira alerta, no entanto para

perceber esse período nem sempre como uma festa, a presença dos americanos em Natal significou ainda um aumento dos preços dos alimentos e de outros produtos (PEDREIRA, 2005).

Mas Nunes ao tratar das transformações ocorridas na cidade nesse período não comunga de uma visão unitária, narrando também aspectos negativos ocasionados pela presença e circulação do dólar na cidade, tais como a inflação, a “imposição perdulária do dólar, amesquinhando nossas condições aquisitivas” (NUNES, 1985: 49).

Intriga algumas comparações feitas por Nunes, que compara os bate-papos informais do “Grande Ponto” a uma “universidade popular” e informa que: “Aprende-se muito nas escolas e bibliotecas. Aprende-se bastante na escola da vida. Aprende-se muito mais, quando somos privilegiados com a universidade do Grande Ponto” (NUNES, 1985:122). O autor se refere ao comentar sobre um amigo seu, um bom leitor e diz que esse amigo executava a leitura melhor que “muitos portadores de título universitário, com pós-graduação, mestrado e outras milongas da modernidade pedagógica, encontrados a toda hora, inundados de informação cultural, sem a consciência didática de ter aprendido a ler corretamente” (NUNES, 1985: 149). Em outro momento o autor também desfere críticas ao sistema universitário: “O sistema universitário, ao que depreendo, é um outro planeta, gravitando em torno de sua própria autonomia funcional” (NUNES, 1985: 165). Itamar de Souza já havia chamado atenção para esse vocabulário universitário e para essa postura em relação ao ensino acadêmico, para o autor essa área é conhecida como “Universidade do Grande Ponto”, uma área “negadora impiedosa do conhecimento codificado em livros e enciclopédias” (SOUZA, 2001: 180).

Percebemos que na narrativa de Raimundo Nunes não podemos, a exemplo de Said, pensar sua narrativa como apolítica, imparcial, ou acima de qualquer crença. “Ninguém nunca descobriu um método para separar o erudito das circunstâncias da vida, do fato do seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças, uma posição social, ou da mera atividade de ser um membro da sociedade” (SAID, 1990: 21).

Raimundo Nunes enquanto médico dedicava-se a escrita, possuindo uma preocupação com a memória, com o registro, uma preocupação em colecionar, poderíamos pensar o autor como um erudito, além disso, em sua narrativa como na de outros sujeitos paira a presença de uma crítica em relação a um conhecimento

acadêmico, acusado de ser elitista, fazendo o autor incorporar nas suas memórias do “Grande Ponto” um vocabulário acadêmico, chamando o “Grande Ponto” de uma “universidade”, mas uma “universidade” das ruas, do povo, de caráter popular como diz o autor. A idéia de popular se refere ao estudo do povo, a um interesse por essas questões, uma postura esquerdista, como também aos estudos de folclore. Diversos autores que abordaram o “Grande Ponto” tinham a preocupação com as questões ligadas à cultura popular, como por exemplo, Veríssimo de Melo, Câmara Cascudo. Além disso, é característica desses eruditos um posicionamento de olhar etnográfico, postura que Raimundo Nunes também parece assumir em suas memórias, desde o título, não se preocupando em evidenciar que se trata de um livro de memória, de uma escrita da saudade, mas de uma sociologia, uma Sociologia do Grande Ponto, com o objetivo de descrever, de elaborar uma imagem, de um percurso que realiza percebendo a Natal na década de 1980, sendo visitada em um período de férias, aliando a essa sociologia um caráter de passado de memórias. Não seria surpreendente uma crítica inversa, enquanto estamos acostumados a ver a academia acusar a escrita de pesquisadores da cultura popular de ser romântica, utópica e ligada a tradição, como algo comprometedor, esses escritores por sua vez, promoveriam uma crítica à academia, à universidade, acusando essas instituições de fecharem-se sobre si. Mesmo que muitos deles pertença ou tenham passado por lá.

O “Grande Ponto” é território de saudade para Raimundo Nunes, para ele o espaço é povoado por espectros que o habitam, o rondam, andam em suas ruas, frequentam ainda as rodas de conversas, os bares e cafés.

A saudade é uma mensagem invisível que se integra na recomposição visual e cenográfica das evocações agradáveis. Como não há presente sem vestígios do passado, qualquer reminiscência para ser autêntica exige certos coloridos de saudade. A saudade do Grande Ponto tem muito haver com seus mortos. Segundo Guimarães Rosa, as pessoas não morrem, se encantam. Imagino o cenário do Grande Ponto como imenso povoamento de pessoas encantadas, redivivas, atuantes nos seus relacionamentos habituais, nas suas peculiaridades provincianas. Peculiaridades genuinamente nossas, sem elementos de comparação com a vivência sociológica de qualquer outro agrupamento humano regional (NUNES, 1985:79).

Contribuindo para a afirmação de Guimarães Rosa que o autor utilizou, pode-se pensar que o encantamento atribuído as pessoas mortas se refere às diversas narrativas que tem a pretensão de preencher esse espaço de ausência, esse vazio. É por essas

narrativas que os encantamentos ocorrem, uma aura de imaginação envolve esses mortos, suas ações, suas faces ganham um polimento, um brilho espacial. Como disse Certeau que era a tarefa da história ser presença de ausência, e que a história lida com os mortos (CERTEAU, 1982: 56-95). Podemos pensar a memória em muitos aspectos também lidando com mortos.

Os mortos para o autor eram lembrados “como se aquelas presenças atuantes ainda interferissem na continuidade de relacionamentos que animam as discussões, inflamam os debates e motivam a hilaridade das piadas” (NUNES, 1985:101-102). Ora a região do “Grande Ponto” era a região de aglutinação comercial, urbana, e de interação entre as pessoas em uma cidade pequena como era Natal. Porém a questão que norteia o nosso interesse é trabalhar com a representação, com a imagem espacial construída na memória de Raimundo Nunes acerca de um espaço, representação envolta em significados pessoais e que tem um sentido de nostalgia e uma intenção de preservar. Ao optar publicar suas memórias e sua análise do “Grande Ponto”, Raimundo Nunes quer registrar a imagem do passado que elabora lançando-a ao futuro. A denominação também chama atenção, a utilização de uma denominação peculiar, dentro do bairro da Cidade Alta, um território, que possui fronteiras que o diferencia, fronteiras delimitadas pelas práticas, e no caso de Nunes, delimitadas pela linguagem, e pelas lembranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto transitamos por ruas e avenidas elaboradas pela linguagem, por locais afetivos. Transitamos como um *flanêur* em espaços de palavras e memórias. Vislumbramos através da escrita uma paisagem envolta em sentimentos e vivências. Deparamos-nos com contornos de uma paisagem que se diferencia em termos econômicos, políticos e intelectuais, mas principalmente pela saudade.

Foi assim que Nunes elaborou os contornos do seu Grande Ponto. Embebido pela emoção, posicionando-se como guardião de um passado relevante e responsável pelo registro de um passado que havia ocorrido e que merecia ser registrado. É dessa forma que Nunes se vê e compreende seu papel ao registrar os acontecimentos do Grande Ponto em um livro. Tomando como exemplo o trabalho dos sociólogos, Nunes utiliza o termo sociologia para indicar o registro que realizou sobre o Grande Ponto, espécie de estudo e impregnado pelos aspectos afetivos.

O texto de Nunes, no entanto, é resultado de um investimento do autor, impregnado pelas preocupações de seu tempo em relação à memória. Nunes assistiu o movimento realizado pela cidade, as transformações em suas configurações. Presenciou os tempos áureos do bairro da Cidade Alta, espaço valorizado e centro de convergência nos anos 1950, como presenciou também as mudanças ocorridas no bairro nas décadas posteriores, ocasionando sua transformação em bairro de comércio de rua desordenado em que transeuntes passaram a dividir espaço como camelôs. O crescimento da cidade nas décadas de 1970 e 1980 ocasionou a valorização de outras regiões da mesma, seja em aspectos residenciais como também no âmbito comercial. Isso ocasionou uma nova configuração no bairro e no que se denominou de Grande Ponto.

O texto de Nunes se insere nas preocupações em dar contorno a algo que havia desaparecido ou se transformado, mas que deveria estar presente na memória não apenas dos que viveram no espaço, mas também para as gerações posteriores. Nunes desejava projetar para o futuro o passado que escrevia. Desejava firmar os alicerces do seu Grande Ponto para vencer o tempo e suas desventuras como a extinção da memória.

REFERÊNCIAS:

ALEXANDRE, Eduardo. *Cantões, Cocadas, Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CASCUDO, Câmara. Grande Ponto. In. *Grande Ponto: laboratório de criatividade, contos, poesias, ensaios, depoimentos*, por Luís da Câmara Cascudo e outros. Natal: Ed. Universitária, 1981.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DUARTE, Ticiano. In. CASCUDO, Luis da Câmara. *Grande Ponto: laboratório de criatividade, contos, poesias, ensaios, depoimentos*, por Luís da Câmara Cascudo e outros. Natal: Ed. Universitária, 1981.

FONSECA, Talvani Guedes da. In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

GALVÃO, Cláudio. In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

GÓES, Moacyr de. In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

LIMA, Pedro. Prefácio. In: PASSOS, Rubens de Souza (org.) *Natal em Perfil 1992*. Natal: (s.n.), 1992.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

MARANHÃO, Djalma. *Cartas de um exilado*. Natal: Editora Clima, 1984.

MACHADO, João Batista. 1960: Explosão de paixão e ódio. Natal (RN): Depto. Estadual de Imprensa, 1998.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900 – 1930)*. Natal, 2008, 139p. (Dissertação de Mestrado).

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte Contemporâneo (1934-1990)*. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001. 142p.

MELO, Protásio In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

MOURA JÚNIOR, Manoel Procópio de. *O Grande Ponto*. In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

Natal 400 anos de História, turismo e emoção, 1999.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Raimundo. *Sociologia do Grande Ponto*. João Pessoa: A União Cia Editora, 1985.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008 (Tese de Doutorado).

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal*. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

RÊGO, Joanilo de Paula. *O Grande Ponto à meia-noite*. In: *Grande Ponto: laboratório de criatividade, contos, poesias, ensaios, depoimentos*, por Luís da Câmara Cascudo e outros. Natal: Ed. Universitária, 1981.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SODRÉ, Leonardo. *Um ponto que era grande* In: GARCIA, Eduardo A. de A. Cantões, Cocadas, *Grande Ponto Djalma Maranhão*. Natal: Edições Galeria do Povo, 2002.

SÁ, Marcos Aurélio de. Natal – uma visão econômica da cidade. In: MACEDO, Paulo (org.). *Memória Contemporânea*. Natal: Editora Itinerário, 1979. 118p.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SILVA, José Luiz. *Na Calçada do Café São Luiz*. Natal: Gráfica União, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*. Natal: Diário de Natal, 2001.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JORNAIS:

A REPÚBLICA, Natal, 07 de outubro de 1922, ano XXXIV, nº221, p. 1

A REPÚBLICA, terça-feira, 03.01.1950, ano LXI, n. 1, p. 5.

A REPÚBLICA, sexta-feira, 13.01.1950, ano LXI, n. 9, p. 5.

A REPÚBLICA, terça-feira, 17.01.1950, ano LXI, n. 12, p. 6.

A REPÚBLICA, terça-feira, 14.03.1950, ano LXI, n. 58, p. 5.

A REPÚBLICA, sábado, 11.03.1950, ano LXI, n. 56, p. 6.

A REPÚBLICA. Quarta-feira, 12.04.1950, ano LXI, n. 81, p. 1.

A REPÚBLICA, domingo, 23.04.1950, p. 3.

A REPÚBLICA, quinta-feira, 27.04.1950, ano LXI, n. 94, p. 2.

A REPÚBLICA, terça-feira, 09.05.1950, ano LXI, n. 103, p. 6.

A REPÚBLICA, sábado, 13.05. 1950, ano LXI, n. 107, p.2.

A REPÚBLICA, domingo, 21.05.1950, ano LXI, n. 113, p. 8.

A REPÚBLICA, quarta-feira, 31.05.1950, ano LXI, n. 121, p. 6

A REPÚBLICA, quinta-feira, 01.06.1950, ano LXI, n. 122, p. 7.

A REPÚBLICA. Terça-feira, 13.06.1950, ano LXI, n. 134, p. 3

- A REPÚBLICA. Quarta-feira, 07.06.1950, ano LXI, n. 130, p. 3.
- A REPÚBLICA. Quinta-feira, 15.06.1950, ano LXI, n. 136, p. 3.
- A REPÚBLICA, sexta-feira, 12.05.1950, ano LXI, n. 106, p. 6.
- A REPÚBLICA. Quarta-feira, 14.06.1950, ano LXI, n. 135, p. 2.
- A REPÚBLICA. Quinta-feira, 15.06.1950, ano LXI, n.136, p.6.
- A REPÚBLICA. Quinta-feira, 22.06.1950, ano LXI, n. 142, p. 2.
- A REPÚBLICA, Natal, Quarta – feira 01 de julho de 1959, ano. LXIX, nº 274, p.3.
- A REPÚBLICA, Natal, Domingo 08 de março de 1959, ano. LXIX, nº 185, p.4.
- A República, quarta-feira, 19.02.1936, ano XLVIII, n. 1532, p. 8.
- A República, domingo, 22.03.1936, ano XLVIII, n. 1558, p. 6.
- A República, terça-feira, 31.03.1936, ano XLVIII, n. 1565, p. 8.
- A REPÚBLICA, Natal, Quarta – feira 01 de julho de 1959, ano. LXIX, nº 274, p.3.
- A REPÚBLICA, Natal, Domingo 08 de março de 1959, ano. LXIX, nº 185, p.4.
- A REPÚBLICA, Natal, Quinta – feira 12 de Março de 1959, ano. LXIX, nº 189, p.4.
- A REPÚBLICA, Natal, Quarta – feira 18 de março de 1959, ano. LXIX, nº 194, p.3.
- DIÁRIO DE NATAL, sábado, 05.01.1985, ano XLVI, n. 04, p. 5.
- DIÁRIO DE NATAL, quarta-feira, 30.10.1985, ano XLVII, n. 211, p. 7.
- DIÁRIO DE NATAL, sexta-feira, 09.12.1977, ano XXXVII, n. 10.469, p. 14.
- DIÁRIO DE NATAL, quinta-feira, 03.01.1985, ano XLVI, n. 02, p. 4
- JORNAL DE HOJE, 02.03.2013. Disponível em: <<http://jornaldehoje.com.br/semsur-organiza-comercio-informal-da-cidade-alta/>>. Acesso em 05.03.2013
- O POTI, domingo, 09.10.1983, ano XXVIII, n. 40, p. 5.
- O POTI, domingo, 20.01.1985, ano XXXI, n. 03, p. 4.
- TRIBUNA DO NORTE, domingo, 28.10.1951, ano II, n. 465, p. 6.
- TRIBUNA DO NORTE, 29.12.1951, ano II, n. 511, p. 4.

TRIBUNA DO NORTE, quinta-feira, 13.09.1951, ano II, n. 429, p. 2.

TRIBUNA DO NORTE, domingo, 16.09.1951, ano II, n. 431, p. 2.

TRIBUNA DO NORTE, quinta-feira, 04.10.1951, ano II, n. 445, p. 2.

TRIBUNA DO NORTE, sexta-feira, 12.10.1951, ano II, n. 451, p. 2.

TRIBUNA DO NORTE, sexta-feira, 19.10.1951, ano II, n. 457, p. 4.

TRIBUNA DO NORTE, 22.12.1951, ano II, n. 507, p. 2.

TRIBUNA DO NORTE, 23.12.1951, ano II, n. 508, p. 5.

TRIBUNA DO NORTE, 28.12.1951, ano II, n. 510, p. 5.

TRIBUNA DO NORTE, sexta-feira, 31.10.1952, ano III, n. 749, p. 3.

TRIBUNA DO NORTE, quarta-feira, 06.07.1955, ano V, n. 1499, p. 5.

TRIBUNA DO NORTE, domingo, 06.03.1983, ano 32, n. 967, p. 1.

TRIBUNA DO NORTE, domingo, 19.05.1985, ano XXXVI, n. 116, caderno de domingo, p. 1.

TRIBUNA DO NORTE. Disponível em:

< <http://tribunadonorte.com.br/noticia/saudosismo-nas-redes/213410>>. Acesso em 15.03.2012.

